

**LUIZ MIGUEL CHOCIAI WAIDZIK**

**DESAPOSENTAÇÃO: uma análise crítica**

**CURITIBA  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**DESAPOSENTAÇÃO: uma análise crítica**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para colação de grau como bacharel em Direito, habilitação em Direito do Estado.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Thereza Cristina Gosdal

**LUIZ MIGUEL CHOCIAI WAIDZIK**

**CURITIBA  
2014**

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

LUIZ MIGUEL CHOCIAI WAIDZIK

## **DESAPOSENTAÇÃO: uma análise crítica**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Direito, habilitação em Direito do Estado, no Curso de Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

**Orientadora:**

---

**Prof<sup>a</sup> Dra. Thereza Cristina Gosdal**  
Departamento de Direito Privado  
Universidade Federal do Paraná

**Membros:**

---

---

Curitiba, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

*A Luiza e Miguel, essenciais.*

## **RESUMO**

O presente trabalho pretende apresentar uma leitura crítica do instituto da desaposentação, revelando seu conceito, os motivos de sua importância e seus fundamentos. A pesquisa concentra-se no Regime Geral de Previdência Social. Para conceituar o instituto, são abordadas noções gerais e elementares da previdência social. Também são discutidos aspectos do sistema previdenciário brasileiro que impulsionam o interesse dos aposentados no tema. Finalmente, os argumentos doutrinários e jurisprudenciais pesquisados são cotejados com as impressões pessoais do autor, para construção de uma visão crítica acerca do instituto.

Palavras-chave: Desaposentação. Direito previdenciário. Aposentadoria. Renúncia. Renda mensal inicial. Reajustamento das prestações.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. CONCEITO .....	10
1.1. Definições .....	13
1.2. Figuras jurídicas correlatas .....	14
1.3. Requisitos .....	18
1.4. Hipóteses .....	25
1.5. Proposta de definição .....	29
2. MOTIVOS .....	31
2.1. Ausência de requisito etário nas aposentadorias por tempo de contribuição .....	31
2.2. O método de cálculo da renda mensal inicial .....	35
2.3. O critério de reajustamento das prestações.....	43
2.4. As contribuições pagas pelo aposentado que retorna à ativa.....	47
3. FUNDAMENTOS .....	56
3.1. A ausência de vedação legal .....	56
3.2. A analogia com a reversão .....	58
3.3. Os direitos sociais do trabalhador .....	60
3.4. A moralidade administrativa .....	62
3.5. O princípio da contrapartida .....	64
3.6. O equilíbrio atuarial .....	65
3.7. O ato jurídico perfeito .....	68
3.8. Fundamentos jurisprudenciais .....	69
4. ANÁLISE CRÍTICA.....	73
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
ANEXO I (fator previdenciário).....	84
ANEXO II (simulação de cálculo da RMI).....	85
ANEXO III (simulação de reajustamento da renda mensal) .....	87

## INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é investigar a possibilidade jurídica de o aposentado renunciar ao seu benefício, com o objetivo de obter aposentadoria mais vantajosa, somando ao seu tempo de contribuição o período de trabalho posterior à jubilação, o que se denomina desaposentação.

A questão é atual. Doutrinadores e operadores do Direito se deparam com o tema da desaposentação neste exato momento. Segundo estimativas, cerca de *quinhentos mil* aposentados continuam trabalhando e contribuindo à Previdência Social, enquanto mais de *setenta mil* pleiteiam, judicialmente, o reconhecimento do direito à desaposentação<sup>1</sup>.

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – tem se demonstrado inflexível quanto ao tema, resistindo aos pedidos administrativos de desaposentação, invariavelmente. Suas decisões encontram respaldo no Regulamento da Previdência Social – Decreto nº 3.048/1999, donde se extrai que as aposentadorias são irrenunciáveis.

O momento, portanto, é de reflexão, e o tema permanece aberto ao debate, já que tanto os doutrinadores quanto os tribunais nacionais ainda não chegaram a um consenso sobre a desaposentação. Mas as discussões a respeito do tema transcendem ao próprio universo jurídico, pois ele diz respeito à própria sociedade, principalmente aos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. E de outro lado, diante de sua imensa repercussão fiscal sobre os cofres públicos, interessa sobremaneira ao governo federal, de sorte que a matéria tem sido debatida com efervescência no Congresso Nacional, ao lado de outros temas correlatos, como o fator previdenciário e a possível inclusão de um requisito etário para a aposentadoria programada.

Existem ao menos três posicionamentos a respeito do tema proposto. Há quem considere a desaposentação impossível, justamente porque as aposentadorias seriam irrenunciáveis<sup>2</sup>. Esse entendimento é predominante, senão unânime, no âmbito administrativo. De maneira contrária, existem juristas que defendem a possibilidade de desaposentação, pois

---

<sup>1</sup> Dados extraídos de reportagem publicada no site <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/62555/desaposentacao+voce+sabe+o+que+e.shtml>. Consulta em 17/04/2014.

<sup>2</sup> Nesse sentido, a decisão proferida pela 5ª Vara Federal de Juiz de Fora, nos autos nº 4887-51.2013.4.01.3801, lavrada pelo Juiz Federal Sidiny Garcia Filho, em 17/01/2014.

consideram as aposentadorias um direito patrimonial disponível do segurado, de modo que não restaria empecilho jurídico para impedir a renúncia ao benefício anteriormente concedido<sup>3</sup>. Sob tal perspectiva, argumentam também que a obrigatoriedade de continuar contribuindo ao sistema previdenciário, que é imposta ao aposentado que não se afasta de suas atividades profissionais, implica no reconhecimento de direitos advindos de tais contribuições. E, finalmente, há uma terceira corrente que defende uma desaposentação condicionada. Para seus seguidores, a renúncia ao primeiro benefício, com o propósito de aproveitar as contribuições posteriormente realizadas, condiciona-se à restituição dos valores recebidos pelo aposentado<sup>4</sup>.

Por ser um tema recente, as discussões sobre a desaposentação concentram-se principalmente nas trincheiras do Poder Judiciário. Muitos cursos e manuais de Direito Previdenciário sequer o contemplam, embora existam obras dedicadas exclusivamente à desaposentação. A jurisprudência tende a reconhecer a procedência dos pedidos de desaposentação, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) permanece silente a respeito, mesmo diante de recurso extraordinário submetido à sua apreciação.

Portanto, o tema está aberto à pesquisa científica, e o presente momento revela-se oportuno ao seu enfrentamento, haja vista que os debates a respeito, sejam em âmbito social, legislativo, jurisprudencial ou doutrinário, aproximam-se de seu apogeu.

Apesar de a desaposentação poder ser cogitada em outros regimes, este trabalho concentra-se em estudar sua manifestação no Regime Geral de Previdência Social. Para atingir sua proposta, o texto é dividido em quatro capítulos. O objetivo do primeiro é conceituar a desaposentação, esmiuçando seu significado, em termos científicos. Pretende-se que, ao final dele, o leitor esteja apto a entender *o que* é a desaposentação. O segundo capítulo tem a finalidade de expor as peculiaridades do Direito Previdenciário brasileiro que motivam o interesse na desaposentação. As lentes da pesquisa voltam-se aos elementos que precedem o requerimento dos segurados, para que o leitor possa entender *por que* existe a desaposentação. O terceiro capítulo é destinado a sistematizar os argumentos doutrinários e jurisprudenciais

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, a decisão do STJ no REsp nº 1.334.488 – SC (2012/0146387-1), 1ª Seção. Rel.: Min. Herman Benjamin. Julg.: 08/05/2013. DJe: 14/05/2013.

<sup>4</sup> Nesse sentido, a Súmula nº 3 das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul. DJ: 09/07/2008.



que fundamentam o instituto. Finalmente, o quarto capítulo traz uma análise crítica acerca do tema.

Desta maneira, pretende-se revelar os elementos do regime jurídico previdenciário que propulsionam o interesse dos aposentados na desaposentação, para, em seguida, investigar sua conformidade jurídica, através de uma análise crítica dos fundamentos utilizados pela doutrina e pelos tribunais brasileiros.

## 1. CONCEITO

Rotineiramente tomados como sinônimos, os significados de conceito e de definição não se confundem. JOSÉ ROBERTO VIEIRA leciona que o primeiro corresponde a uma noção ampla e geral de um determinado objeto de estudo, enquanto o segundo é justamente a delimitação do conceito, que traduz a essência do objeto de estudo, em breves palavras<sup>5</sup>.

Por isso, a conceituação de um instituto depende da investigação esmiuçada de seu conteúdo. No caso da desaposentação, é necessário compreender o significado de diversas categorias do universo jurídico, principalmente do Direito Previdenciário, que serão decisivas para a compreensão do instituto.

A primeira categoria que deve ser compreendida é a **aposentadoria**. Trata-se do benefício previdenciário por excelência, ao lado da pensão por morte, porque substitui permanentemente os rendimentos do segurado, garantindo sua subsistência e também a de seus dependentes<sup>6</sup>. Dentre as prestações da previdência social, a aposentadoria se inclui no grupo dos benefícios. Estes, por sua vez, diferenciam-se dos serviços – outra espécie de prestação previdenciária – porque têm natureza patrimonial, isto é, são concedidos em dinheiro<sup>7</sup>.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) contempla diversas espécies de aposentadoria. Algumas delas são previstas pela Lei nº 8.213/1991 – Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS): a aposentadoria por invalidez (artigo 42) e a aposentadoria especial (artigo 57). Outras são estabelecidas pela própria Constituição Federal (CF): a aposentadoria por tempo de contribuição (artigo 201, § 7º, I) e a aposentadoria por idade (artigo 201, § 7º, II). Embora as duas primeiras espécies sejam disciplinadas na legislação infraconstitucional, encontram suporte no texto constitucional, respectivamente no artigo 201, I, que prevê a cobertura dos eventos de invalidez, e no § 1º do mesmo artigo, que autoriza a criação de critérios diferenciados para os segurados que exercem atividades que prejudiquem sua saúde ou sua integridade física.

---

<sup>5</sup> VIEIRA, José Roberto. *Medidas provisórias tributárias e segurança jurídica: a insólita opção estatal pelo 'viver perigosamente'*. In: BARRETO, Aires F. et al. *Segurança jurídica na tributação e estado de direito*. p. 329-330.

<sup>6</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. p.569.

<sup>7</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Curso de direito previdenciário*. p. 446.

É importante notar que aposentadoria não se confunde com *aposentação*. Segundo FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM, a primeira é a nova condição jurídica assumida pelo segurado, enquanto a segunda é o ato jurídico que produz tal mudança no *status* previdenciário do segurado<sup>8</sup>.

Outro instituto relevante para o estudo da desaposentação é a **renúncia**. Ela é o ato jurídico pelo qual o titular de um direito dele se despoja<sup>9</sup>. O direito será renunciável se atinente a interesse privado do titular, e não houver proibição legal à renúncia<sup>10</sup>. Os direitos públicos e os que se relacionam a interesses de ordem pública são irrenunciáveis<sup>11</sup>.

Na perspectiva do Direito Administrativo, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO leciona que a renúncia extingue os efeitos do ato – que reconheceu o direito ao administrado – em decorrência da rejeição de uma situação jurídica favorável, de que desfrutava o beneficiário<sup>12</sup>.

Para ADRIANE BRAMANTE DE CASTRO LADENTHIN e VIVIANE MASOTTI, na desaposentação, a renúncia é *parcial*. Dizem isso porque o aposentado não se despoja do tempo de contribuição que o permitiu aposentar-se, mas apenas dos proventos do benefício concedido<sup>13</sup>. Noutras palavras, ele não dispõe de seu direito subjetivo de aposentar-se, senão unicamente dos efeitos pecuniários da aposentadoria.

Outro elemento importante, a **filiação**, é definido nos termos do Regulamento da Previdência Social – Decreto nº 3.048/1999 – como o vínculo jurídico estabelecido entre os segurados e a Previdência Social, do qual decorrem direitos e obrigações (artigo 20). A filiação é consequência automática do exercício de atividade remunerada, no caso dos segurados obrigatórios, mas depende da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição para o segurado facultativo<sup>14</sup>. O aposentado do Regime Geral de Previdência Social que continua ou retorna a exercer atividade abrangida pelo regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito ao pagamento de contribuições sociais (artigo 12, § 4º da Lei nº 8.212/1991, ou Lei de Custeio da Previdência Social – LCPS).

<sup>8</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 35.

<sup>9</sup> BEVILÁQUA, Clóvis. *Teoria geral do direito civil*. p. 303.

<sup>10</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*, v. 1. p. 423.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. p. 456.

<sup>13</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Desaposentação: teoria e prática*. p. 69.

<sup>14</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p.203.

Por seu turno, o **regime previdenciário** é aquele que abrange uma coletividade de indivíduos vinculados reciprocamente, em virtude da relação de trabalho ou da categoria profissional a que estão submetidos, estabelecendo normas disciplinadoras da relação jurídica previdenciária, que lhes garantem, no mínimo, os benefícios de aposentadoria e de pensão por morte – observados em todo sistema de seguro social<sup>15</sup>.

MIGUEL HORVATH JÚNIOR enumera os seguintes regimes previdenciários no Direito brasileiro: a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), formado pelos segurados obrigatórios e facultativos, conforme definição das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 1991; b) regime jurídico único, previsto pela Lei nº 8.112/1990, para servidores públicos federais, não militares; c) regimes de previdência estadual e municipal, para servidores dos estados-membros, distrito federal e municípios; d) previdência complementar privada – aberta ou fechada – regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001; e) regime militar, cujos filiados serão cobertos por um plano de benefícios previsto no Estatuto dos Militares, e; f) regime especial dos parlamentares, que desde 1997 é regulado pela Lei nº 9.506, a qual instituiu o Plano de Seguridade dos Congressistas<sup>16</sup>.

O aposentado pode retornar a exercer atividade que o filie ao mesmo ou a outro regime previdenciário. No primeiro caso, a desaposentação resulta na concessão de um novo benefício, no mesmo regime. Caso contrário, ela disponibiliza o tempo de contribuição do aposentado para a aquisição de benefício em outro regime, através da contagem recíproca de tempo de contribuição.

Sobre a **contagem recíproca de tempo de contribuição**, é valioso dizer que ela permite ao segurado de um regime previdenciário computar neste o tempo de contribuição prestado em outro, e vice-versa<sup>17</sup>. Seu fundamento normativo tem envergadura constitucional – artigo 201, § 9º. Em decorrência da contagem recíproca, os regimes previdenciários compensam-se financeiramente, conforme os critérios estabelecidos pela Lei nº 9.796/1999, que disciplina o dispositivo constitucional. A compensação é destinada ao regime previdenciário do qual o beneficiário obteve sua aposentadoria, pois é este regime que promove o pagamento do benefício. Para isso, o regime de origem emite uma *certidão de*

---

<sup>15</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p.113.

<sup>16</sup> HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Direito previdenciário*. p. 98-99.

<sup>17</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 571.

*tempo de contribuição* (artigo 364 da Instrução Normativa nº 45/2010 da Presidência do Instituto Nacional do Seguro Social).

### 1.1. Definições

Através das noções até aqui apresentadas, é possível compreender as definições construídas pela doutrina, sobre a desaposentação. Para WLADIMIR NOVAES MARTINEZ, por exemplo, a desaposentação corresponde à renúncia das mensalidades percebidas pelo beneficiário, condicionada à restituição do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes previdenciários envolvidos e à concessão de um melhor benefício ao segurado<sup>18</sup>. Sua definição é relevante porque o jurista reclama para si a condição de pioneiro nos estudos sobre o tema. Em 1987, MANTINEZ lançou o artigo *Renúncia e irreversibilidade dos benefícios previdenciários*, no Suplemento Trabalhista nº 4/87, publicado pela editora LTr, através do qual teceu as primeiras ideias acerca da desaposentação<sup>19</sup>. Pouco tempo depois, criou o neologismo *desaposentação*<sup>20</sup>.

Outro autor cuja definição merece destaque é FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM, que também a define como uma renúncia ao primeiro benefício e a condiciona à concessão de outro, mais vantajoso ao segurado. Entretanto, deixa de condicioná-la à restituição dos valores recebidos pelo aposentado, durante a percepção da primeira aposentadoria<sup>21</sup>. A posição do autor é prevalente na doutrina, podendo-se incluir entre aqueles que seguem o mesmo entendimento ADRIANE BRAMANTE DE CASTRO LADENTHIN e VIVIANE MASOTTI<sup>22</sup>, além de MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR<sup>23</sup>.

Há juristas que, apesar de seguirem a linha de IBRAHIM, preferem enfatizar algumas características da desaposentação, ao defini-la. Nesse sentido, CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO e JOÃO BATISTA LAZZARI, por exemplo, ressaltam que a desaposentação é o direito do aposentado de retornar à atividade remunerada<sup>24</sup>, definição que se assemelha à de ISABELA DE PAULA LEITE PACHECO FREDERICO, para quem a desaposentação é o instrumento que torna o aposentado novamente um segurado, com os

---

<sup>18</sup> MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Desaposentação*. p. 46.

<sup>19</sup> *Idem*. p. 30.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Op. cit.* p. 35.

<sup>22</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 60.

<sup>23</sup> SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. *Desaposentação: novas perspectivas teóricas e práticas*. p. 56.

<sup>24</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p. 570-571.

direitos decorrentes dessa condição<sup>25</sup>. E ainda JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA, que vislumbra na desaposentação uma ferramenta de liberação do tempo de contribuição utilizado para concessão da primeira aposentadoria<sup>26</sup>.

Seguindo uma concepção peculiar, ADILSON SANCHEZ propõe que a desaposentação traduz-se na possibilidade de obter uma revisão no benefício já concedido, com o propósito de melhorar seu valor<sup>27</sup>.

No Poder Judiciário, a posição atualmente majoritária segue a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial nº 1.348.301/SC, que reconheceu o direito à desaposentação. No voto proferido pelo Ministro Arnaldo Esteves Lima, definiu-se a desaposentação como a renúncia ao primeiro benefício, com o propósito de viabilizar a concessão de outro, incrementado pelas contribuições posteriores à jubilação. O STJ não condiciona a desaposentação à restituição dos valores recebidos durante a manutenção do primeiro benefício e fundamenta a renunciabilidade das aposentadorias em sua natureza patrimonial<sup>28</sup>.

## 1.2. Figuras jurídicas correlatas

No cenário previdenciário, alguns institutos guardam similitudes com a desaposentação, como a **revisão**, ferramenta jurídica apta a *reformular* o ato administrativo que concedeu o benefício previdenciário, para correção de algum erro material ou de direito. Por isso, não se confunde com a desaposentação, cujo propósito não é outro, senão *desconstituir* aquele ato, para obtenção de novo benefício<sup>29</sup>.

A Lei de Benefícios da Previdência Social estipula em 10 (dez) anos o prazo decadencial de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisar o ato de concessão do benefício. O prazo tem início no primeiro dia do mês seguinte ao recebimento da primeira prestação (artigo 103, *caput*).

Outro desses institutos é a **desistência**. São corriqueiros os casos de beneficiários insatisfeitos com a renda mensal inicial de seu benefício. A carta de concessão, enviada pelo

<sup>25</sup> FREDERICO, Isabela de Paula Leite Pacheco. *A desaposentação no direito brasileiro*. p. 52.

<sup>26</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 576.

<sup>27</sup> SANCHEZ, Adilson. *Advocacia previdenciária*. p. 164-168.

<sup>28</sup> REsp nº 1.348.301 – SC (2012/0215763-4), 1ª Seção. Rel.: Min. Arnaldo Esteves Lima. Julg.: 27/11/2013. DJe: 24/03/2014.

<sup>29</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 73.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), costuma gerar um amargo sentimento de decepção, pois a aposentadoria que deveria permitir a subsistência do segurado e de sua família, ao substituir a renda proveniente do trabalho, raramente atinge um valor suficiente para cumprir sua finalidade.

Dentre os parâmetros que influenciam o cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias, está o tempo de contribuição do segurado. Dessa maneira, o segurado pode optar por postergar o exercício de seu direito à aposentadoria, para obter um melhor benefício no futuro.

Caso o segurado já tenha apresentado requerimento de aposentadoria ao INSS, o artigo 181-B, parágrafo único, do Regulamento da Previdência Social (RPS), permite a desistência administrativa, desde que ele não tenha recebido o primeiro pagamento do benefício, tampouco levantado os valores de sua conta do FGTS (por motivo de aposentadoria).

Contudo, a desistência não se confunde com a desaposentação, que será invocada justamente nas hipóteses em que o RPS não permite ao segurado a simples desistência<sup>30</sup>. A desistência representa uma verdadeira *recusa* à aposentadoria, ao passo em que a desaposentação *desconstitui* benefício previamente aceito – ainda que tacitamente – pelo segurado.

Prevista pelo artigo 8º, § 2º da Lei 5.890/1972, a **transformação** consistia na conversão *automática* da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença em aposentadoria por velhice (atualmente extinta), quando o segurado completasse 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta), se mulher.

A atual Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS) não prevê a transformação, motivo pelo qual ela somente se aplica ao segurado que tenha adquirido o direito, cumprindo os requisitos da Lei 5.890/1972, enquanto ela ainda era vigente<sup>31</sup>.

Outra hipótese de transformação é a alteração da natureza do benefício por incapacidade, que, a depender da comprovação do nexo técnico epidemiológico, pode ser convertido de previdenciário para acidentário, ou vice-versa<sup>32</sup>. A distinção é relevante para o

---

<sup>30</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 85.

<sup>31</sup> Nesse sentido, decisão da 6ª Turma do STJ no REsp 603002/RN. Relator: Min. Hamilton Carvalhido. DJ: 17/12/2004.

<sup>32</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 86.

Direito do Trabalho, pois o gozo de auxílio-doença *acidentário* garante ao empregado estabilidade por pelo menos 12 (doze) meses, contados a partir da cessação do benefício (LBPS, artigo 118)<sup>33</sup>. Além disso, as estatísticas de acidentes de trabalho influenciam as contribuições devidas pela empresa ao financiamento do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), previsto no artigo 22, II, da Lei de Custeio da Previdência Social<sup>34</sup>. Por isso, as empresas não têm interesse de que os benefícios concedidos aos seus empregados sejam classificados como acidentários.

Em qualquer caso, a transformação tampouco se confunde com a desaposentação, pois se destina a *modificar* o ato administrativo que concedeu o benefício, e não a extingui-lo, como faz a desaposentação<sup>35</sup>.

A **reversão** é outro instituto a guardar certa semelhança com a desaposentação. O Estatuto dos Servidores Cíveis Federais (Lei nº 8.112/1990) trata da reversão em seu artigo 25, definindo-a como *retorno à atividade do servidor aposentado*. Ela pode manifestar-se de duas maneiras: a) quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos de aposentadoria por invalidez ou; b) no interesse da Administração, desde que servidor estável aposentado voluntariamente tenha solicitado o retorno ao trabalho nos 5 (cinco) anos seguintes à jubilação, hipótese em que deve haver cargo vago. Por força do § 2º do mencionado artigo, o tempo em que o servidor estiver em exercício é computado para concessão da aposentadoria.

Por permitir a desconstituição da aposentadoria, a reversão guarda inegável similitude com a desaposentação. Todavia, seu conteúdo jurídico é essencialmente distinto ao da desaposentação, afinal trata-se de um instituto do Direito Administrativo.

Além de extinguir a aposentadoria, a reversão também opera a reinserção do servidor no cargo anteriormente ocupado. Por isso, ela também pode ser compreendida como modalidade de *provimento derivado* – por depender de vínculo anterior entre o servidor investido no exercício do cargo público e a Administração<sup>36</sup>.

Dessa forma, a reversão não tem como propósito imediato a concessão de benefício mais vantajoso. Em vez disso, ela visa à permissão – se for voluntária (caso “b”) – ou à

---

<sup>33</sup> BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. p. 783.

<sup>34</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 232.

<sup>35</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 86.

<sup>36</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. p. 602-603.



obrigação – se for *ex officio* (caso “a”) – do retorno do servidor aposentado à ativa. Desse retorno, pode haver melhora no futuro benefício a ser concedido ao servidor, mas tal consequência é acidental e, portanto, dispensável para a definição da reversão.

Vale mencionar que a reversão voluntária esbarra na vedação constitucional proclamada pelo artigo 37, II, que vincula a investidura em cargo ou emprego público à prévia aprovação em *concurso público*. Segundo MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, o retorno voluntário do servidor aposentado à ativa ofende essa exigência constitucional, motivo pelo qual a jurista defende que a reversão voluntária *não* é admissível no ordenamento jurídico brasileiro<sup>37</sup>.

Também merece destaque a **despensão**. *Pensão por morte* é o benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado que falece. Trata-se de prestação garantida por força da Constituição Federal (artigo 201, V) e regulamentada pelos artigos 74 a 79 da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS). Se o segurado instituidor for aposentado, os proventos da pensão têm valor igual à renda mensal da aposentadoria (LBPS, artigo 75). Caso contrário, correspondem ao valor a que o segurado faria jus se fosse aposentado por invalidez na data do óbito (LBPS, artigo 75).

Em se tratando da primeira hipótese, e caso o instituidor tenha voltado a filiar-se a regime previdenciário, poderia ele ter pleiteado a desaposentação, para obter benefício mais vantajoso. Contudo, se não o fez, resta aos seus dependentes o interesse em aproveitar o tempo de contribuição do segurado posterior à jubilação, já que a renda mensal da pensão é vinculada ao valor da aposentadoria do instituidor.

Para que possam socorrer-se da desaposentação, os dependentes têm que renunciar à primeira aposentadoria do instituidor e, em nome dele, pleitear a concessão de benefício mais vantajoso – ao falecido – para que, por via reflexa, os proventos da pensão sejam majorados. Tal possibilidade tem sido rejeitada pelo Judiciário, que reconhece o caráter *personalíssimo* da renúncia – somente o titular do benefício pode praticar o ato de disposição<sup>38 39</sup>.

---

<sup>37</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Op. cit.* p. 603.

<sup>38</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 164-165.

<sup>39</sup> Nesse sentido, a decisão proferida pela 1ª Vara Federal do Juizado Especial Cível de Santo André-SP, no processo 0004935-08.2012.4.03.6317 -1. DJ: 05/07/2013, p. 529.

A fim de propor uma solução juridicamente viável aos dependentes nessas condições, MARCUS ORIONE GONÇALVES CORREIA construiu a tese da dispensação, espécie *sui generis* de revisão da pensão, postulada para suprir o não exercício da desaposentação pelo segurado instituidor<sup>40</sup>.

Por isso, a possibilidade de desaposentação figura como pressuposto da dispensação, mas os dois institutos não se confundem.

### 1.3. Requisitos

A **condição de aposentado do requerente** é requisito da desaposentação. Inexistindo aposentadoria a ser renunciada, esvazia-se o interesse do segurado em pleitear a desaposentação. Em tal circunstância, basta dirigir requerimento de aposentadoria ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, uma vez reunidos os requisitos de concessão do benefício, concede-o ao requerente.

De qualquer forma, é importante investigar individualmente as principais espécies de aposentadoria, para determinar em que medida cada uma delas reúne as condições necessárias para ser objeto da desaposentação:

a) **aposentadoria por tempo de contribuição**: é garantida ao segurado que completa 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, ou 30 (trinta), se mulher, independentemente de requisito etário, conforme previsão constitucional (artigo 201, § 7º, I). A concessão do benefício está condicionada, também, à comprovação de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, para efeito de carência, requisito comum a todas as espécies de aposentadorias voluntárias (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigo 25, II).

A Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998 faculta ao segurado filiado à Previdência Social até 15/12/1998 – data de promulgação da EC – o direito de optar pela aposentadoria por tempo de contribuição *proporcional*. Para fazer jus ao benefício, o segurado deve ter ao menos 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito), se mulher, além de contar com, respectivamente, 30 (trinta) e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, acrescidos de um adicional equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, na data de promulgação da EC, faltava-lhe para atingir 30 (trinta) ou 25 (vinte e cinco) anos de

---

<sup>40</sup> CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. *Dispensação: mais que um neologismo, uma realidade*. Revista de previdência social. p. 909-913.

contribuição (EC nº 20/1998, artigo 9º, § 1º). Esse adicional é conhecido como *pedágio*. O traço distintivo da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional é a fórmula de cálculo da renda mensal inicial do benefício, que é menos favorável ao segurado.

Não há dúvida de que a aposentadoria por tempo de contribuição é o objeto por excelência da desaposentação, pois reúne características que estimulam o interesse do segurado na obtenção de benefício mais vantajoso, como a aplicação do fator previdenciário (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigo 29, I) – ingrato redutor do salário de benefício – e a ausência de requisito etário na modalidade integral, o que permite aposentações precoces de indivíduos ainda plenamente capazes para o trabalho.

Também é preciso ressaltar que não há empecilho jurídico para que o aposentado por tempo de contribuição permaneça em sua atividade laboral ou a ela retorne, inclusive como filiado obrigatório em relação a essa atividade (Lei de Custeio da Previdência Social, artigo 12, § 4º).

**b) aposentadoria por idade:** é garantida ao segurado que atinge 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta), se mulher, independentemente do tempo de contribuição, conforme previsão do artigo 201, § 7º, II, da Constituição Federal. Além do requisito etário, também se aplica a essa espécie de aposentadoria a exigência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, para efeito de carência (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigo 25, II), por se tratar de aposentadoria voluntária.

O fator previdenciário também incide no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por idade (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigo 29, I), mas sua aplicação está condicionada à opção do segurado (Lei nº 9.876/1999, artigo 7º), sendo-lhe permitido impedir a aplicação do fator previdenciário em caso de redução do salário de benefício apurado.

Além disso, o requisito etário impede a aposentação de segurados plenamente aptos ao exercício do trabalho, nessa espécie de aposentadoria. A propósito, o risco social coberto pela aposentadoria por idade é a redução da capacidade laboral do idoso<sup>41</sup>. De qualquer maneira, não há vedação à manutenção da atividade do aposentado por idade, ou a seu retorno à ativa, hipóteses em que o beneficiário também reassumirá a condição de filiado (Lei de Custeio da

---

<sup>41</sup> HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Op. cit.* p. 154-155.

Previdência Social, artigo 12, § 4º). Dessa maneira, é possível vislumbrar a possibilidade de que o segurado reúna condições para postular um melhor benefício, mesmo que seja aposentado por idade.

Por isso, nada impede que essa espécie seja objeto da desaposentação, ainda que apresente um interesse relativamente menor, se comparado à aposentadoria por tempo de contribuição.

c) **aposentadoria especial**: é regulada pelo artigo 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), com respaldo do artigo 201, § 1º da Constituição Federal. Em verdade, é admissível considerá-la uma subespécie de aposentadoria por tempo de contribuição, cuja marca distintiva é justamente a redução do requisito necessário à concessão do benefício, em virtude de o segurado ter se sujeitado a condições especiais de trabalho, que prejudicaram sua saúde ou sua integridade física.

Para tais situações, a lei exige que o segurado cumpra 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, *exclusivamente* dedicados a atividades que o expuseram às condições especiais. O tempo de contribuição exigido varia em função da potencialidade nociva das condições a que o segurado esteve exposto, e não guarda qualquer relação com o sexo do trabalhador<sup>42</sup>.

A exemplo da aposentadoria por tempo de contribuição comum, são necessárias 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, para fins de carência (LBPS, artigo 25, II), e não se exige idade mínima do segurado.

O salário de benefício da aposentadoria especial é calculado sem a incidência do fator previdenciário (LBPS, artigo 29, II). Por isso, não é possível apontá-lo como um dos motivos propulsores do interesse na desaposentação dessa espécie.

Por outro lado, a ausência de requisito etário permite a jubilação de segurados muito jovens, que permanecem com vigor físico suficiente para continuarem laboralmente ativos. Não há empecilho jurídico para que o beneficiário dessa espécie de aposentadoria permaneça ou retorne à ativa. Todavia, se o trabalho desempenhado após a aposentação o expuser às condições especiais que permitiram a concessão do benefício, este será automaticamente

---

<sup>42</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. *Manual de direito previdenciário*. p. 348.

*cancelado* (LBPS, artigo 57, § 8º c/c artigo 46), hipótese que não se confunde com a desaposentação.

Dessa maneira, a conciliação simultânea das condições de aposentado e de segurado ativo, no caso da aposentadoria especial, depende da natureza das atividades desenvolvidas, que devem isentar o segurado da exposição a agentes nocivos. Assim sendo, a desaposentação serviria para conceder novo benefício ao segurado, mas necessariamente de espécie distinta, pois o tempo de contribuição comum não pode ser convertido em tempo de contribuição especial (artigo 267 da Instrução Normativa nº 45/2010, da Presidência do Instituto Nacional do Seguro Social). Nessa situação, o novo cálculo de salário de contribuição não protege o segurado da incidência do fator previdenciário, exceto se reunidas as condições para concessão de aposentadoria por idade.

Diante desse contexto, são escassos os cenários que potencialmente geram o interesse do segurado na desaposentação, ainda que não se possa descartá-la totalmente no caso da aposentadoria especial.

**d) aposentadoria por invalidez:** é regulada pelo legislador ordinário no artigo 42 da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, que consagra a cobertura dos eventos de invalidez (artigo 201, I).

O benefício é concedido ao segurado “considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência” (Lei de Benefícios da Previdência Social – LBPS, artigo 42, *caput*), e é pago enquanto durarem essas condições. A concessão independe de prévio recebimento do auxílio-doença, tampouco de qualquer requisito etário ou de tempo de contribuição. Além de constatada a incapacidade, o segurado deve ter atingido 12 (doze) contribuições mensais, para efeito de carência (LBPS, artigo 25, I), exceto se a invalidez for resultante de acidente de qualquer natureza, de doença profissional ou de uma das doenças e afecções enumeradas em portaria interministerial elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social (LBPS, artigo 26, II).

O salário de benefício da aposentadoria por invalidez é obtido sem a incidência do fator previdenciário (LBPS, artigo 29, II). Por isso, também no presente caso é inadequado apontá-lo como motivo determinante do interesse na desaposentação.

Outra peculiaridade da aposentadoria por invalidez é sua incompatibilidade com a permanência ou a retomada das atividades laborais do aposentado, pois isso ensejaria o *cancelamento* automático do benefício (LBPS, artigo 46), hipótese que não se confunde com a desaposentação. A vedação, no caso da aposentadoria por invalidez, atinge qualquer espécie de atividade, pois a concessão e a manutenção desse benefício pressupõem a incapacidade *total e permanente* do segurado<sup>43</sup>.

É possível, contudo, que o aposentado por invalidez filie-se ao Regime Geral de Previdência Social na condição de *segurado facultativo*, hipótese que independe do exercício de atividade laboral e decorre de ato volitivo do segurado, materializado pelo pagamento da primeira contribuição (LBPS, artigo 13).

Dessa forma, o aposentado por invalidez poderá cumular sua condição de inativo com nova filiação à Previdência Social, da qual obterá tempo de contribuição posterior à jubilação e poderá levá-lo a reunir os requisitos necessários à concessão de outro benefício, mais vantajoso, mas necessariamente de outra espécie. É possível apontar a desnecessidade de submeter-se a perícias bienais realizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para comprovação da permanência das condições médicas que ensejam o benefício, como uma vantagem ao segurado que pleiteia a desaposentação, nesse caso.

Entretanto, é pouco comum observar casos práticos dessa natureza, pois a concessão do novo benefício sujeita o segurado ao fator previdenciário, a menos que ele atinja os requisitos da aposentadoria por idade. Além disso, a aposentadoria por invalidez conserva uma peculiaridade favorável ao segurado, conhecida como *grande invalidez*. Trata-se do acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor do benefício, que é pago nos casos em que o aposentado necessita da assistência permanente de outra pessoa, mesmo se a soma das parcelas exceder o valor máximo dos benefícios previdenciários (LBPS, artigo 45). Esse acréscimo não se aplica às outras espécies de aposentadoria.

Por isso, ainda que seja teoricamente possível a desaposentação no caso do aposentado por invalidez, o instituto atinge um universo pouco expressivo de situações, conclusão igualmente obtida por SERAU JÚNIOR<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. *Op. cit.* p. 294.

<sup>44</sup> SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. *Op. cit.* p. 58.

Outro requisito da desaposentação é a **filiação do segurado posterior à aposentação**. A renda mensal do aposentado é influenciada por diversos parâmetros, como a *idade*, o *tempo de contribuição* e a *média dos salários de contribuição* apurados desde o mês de julho de 1994. A relevância de cada um desses quesitos depende da espécie da aposentadoria – tema que ainda será abordado neste trabalho.

Neste momento, importa saber que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) admite como tempo de contribuição as hipóteses enumeradas no artigo 55 da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS): o serviço militar, o gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez entre períodos de atividade, o tempo de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, o tempo de contribuição efetuado como *facultativo* e o *tempo de filiação como segurado obrigatório* – empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial que contribui facultativamente à Previdência Social (LBPS, artigo 11).

Ao proporcionar a concessão de novo benefício, a desaposentação promove impacto em todos os parâmetros que influenciam a renda do aposentado, pois aumenta o *tempo de contribuição* e inclui novas competências no cálculo da média dos *salários de contribuição*, tudo isso com o segurado mais idoso – o que altera os parâmetros *idade* e *expectativa de sobrevida*.

Também é possível cogitar a desaposentação independentemente da existência de tempo de contribuição posterior à jubilação. Nesse caso, a renda é aumentada pelo simples envelhecimento do aposentado, sem alteração dos demais parâmetros de cálculo. Se o raciocínio é matematicamente correto, carece da validade sob o ponto de vista jurídico.

Caso a desaposentação seja dissociada da manutenção da filiação do segurado, ou de nova filiação, ao menos três argumentos utilizados pela doutrina para validar a desaposentação são fulminados: o *direito fundamental ao trabalho*, a *moralidade administrativa* e a *precedência da fonte de custeio*<sup>45</sup>. Dessa maneira, a desaposentação torna-se desprovida de qualquer legitimidade.

---

<sup>45</sup> Todos arrolados por FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM e MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR, por exemplo.

A reunião dos requisitos necessários à concessão de um benefício mais vantajoso também é um dos requisitos à desaposentação. JOSÉ AFONSO DA SILVA leciona que o direito subjetivo concede a seu titular o poder de exigir uma prestação – positiva – ou uma abstenção – negativa –, sendo exercitável de acordo com sua vontade<sup>46</sup>.

O direito subjetivo a um benefício previdenciário incorpora-se ao *patrimônio jurídico* do indivíduo, embora não necessariamente ao seu *patrimônio econômico*, o que depende do efetivo exercício do direito, através de requerimento do segurado<sup>47</sup>.

O direito subjetivo ao benefício previdenciário é reconhecidamente *irrenunciável*. CASTRO e LAZZARI sustentam tal afirmação no *caráter alimentar* da prestação<sup>48</sup>. Já HORVATH JÚNIOR, na existência de *interesses de ordem pública*, pois o benefício previdenciário é instituído em função do bem de todos<sup>49</sup>.

A propósito, CASTRO e LAZZARI enfatizam, com precisão, que

[...] a Previdência Social é, portanto, o ramo da atuação estatal que visa à **proteção** de todo indivíduo ocupado numa atividade laborativa remunerada, para proteção dos riscos decorrentes da perda ou redução, permanente ou temporária, das condições de obter seu próprio sustento.<sup>50</sup> (grifou-se)

Dentre as prestações previdenciárias, os benefícios têm inegável *natureza patrimonial*, pois cumprem sua função protetiva justamente concedendo ao beneficiário sucessivos pagamentos em pecúnia.

Dessa forma, a conformidade da desaposentação com os fundamentos da Previdência Social está inevitavelmente vinculada ao aperfeiçoamento das condições econômicas do segurado, através da concessão de benefício *mais vantajoso*.

Portanto, somente o imediato aperfeiçoamento de novo benefício, e necessariamente ampliativo das condições financeiras do segurado, tem o condão de “suspender” a irrenunciabilidade das aposentadorias, justamente por afastar a ofensa aos interesses individuais e coletivos que a simples renúncia implicaria.

<sup>46</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. p. 433-434.

<sup>47</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. p. 69.

<sup>48</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p. 111.

<sup>49</sup> HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Op. cit.* p. 135.

<sup>50</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p. 54.



Logo, ausentes os requisitos para concessão de melhor benefício, não há amparo jurídico à desaposentação, motivo pelo qual essa condição opera como requisito inafastável do instituto em análise.

#### 1.4. Hipóteses

A primeira hipótese de desaposentação é também aquela que se dirige ao maior número de segurados. Para que o indivíduo se habilite a postulá-la, basta ser aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e permanecer filiado ao *mesmo* regime – ou a ele retornar. Tendo em mente que a ampla maioria dos aposentados brasileiros é aposentada pelo RGPS e que o exercício das atividades de filiação obrigatória a esse regime independe de concurso público, então o resultado não pode ser outro.

É também nessa hipótese que a *finalidade* da desaposentação revela-se de maneira mais nítida. Isso porque a motivação dos segurados enquadrados nesse caso é simplesmente a majoração de sua renda mensal, com o aproveitamento do tempo de contribuição posterior à aposentação.

Mas é necessário cautela, para não confundir a *finalidade* da desaposentação com sua verdadeira *natureza jurídica*. Para alcançar a majoração de sua renda, através desse instituto, o segurado deve renunciar a seu benefício, para tornar-se apto à concessão de outro, necessariamente melhor. Por isso, a desaposentação é uma renúncia, postulada com o *objetivo* de melhorar a situação econômica do aposentado. Não se pode confundi-la com a simples revisão da aposentadoria, pois o primeiro benefício é efetivamente desconstituído.

A segunda hipótese de desaposentação é possível a partir da *contagem recíproca de tempo de contribuição*. Ocorre nas situações em que um segurado do RGPS vincula-se ao serviço público, tornando-se também filiado a um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998 estabeleceu que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem limitar o valor das pensões e aposentadorias concedidas pelos regimes de previdência de seus servidores ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Para isso, devem instituir regime de previdência complementar, de modo que seus servidores possam aportar recursos a fim de aumentar a renda que será auferida na inatividade.

No âmbito da União, a instituição do regime de previdência complementar somente ocorreu em 2012, com o advento da Lei nº 12.618. Todos os servidores que ingressaram no serviço público federal antes da instituição desse regime complementar estão imunes à limitação do valor dos benefícios (Lei nº 12.618/2012, artigo 3º, I).

Por isso, um servidor federal que tenha tomado posse em cargo público, antes da vigência do novo regime, tem o potencial de adquirir direito a uma aposentadoria com renda mensal superior ao teto do RGPS. Eventualmente, é possível que seja a situação de um indivíduo que já é aposentado pelo RGPS. Nesse caso, ele tem o interesse de aproveitar o tempo de contribuição utilizado para concessão de sua aposentadoria, levando-o ao RPPS, com o propósito de reunir as condições necessárias à concessão de nova aposentadoria – mais vantajosa – nesse regime.

Para isso, tem de postular sua desaposentação, com o intuito de liberar o tempo de contribuição para a compensação entre os regimes previdenciários. Como qualquer postulante à desaposentação, o servidor precisa demonstrar a reunião dos requisitos necessários à concessão de um benefício mais vantajoso. Contudo, para declarar que tal hipótese é válida no ordenamento jurídico brasileiro, o operador do Direito precisa desvencilhar-se também da norma veiculada pelo artigo 96, III, da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), que assim dispõe: “*não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.*”

Mesmo assim, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é pacífica no sentido de permitir a desaposentação destinada à contagem recíproca<sup>51</sup>. Afinal, o sentido da norma é somente o de evitar que o mesmo tempo de contribuição seja computado em dobro – uma vez em cada regime – o que poderia levar à concessão de dois benefícios amparados no *mesmo* tempo de contribuição. Afirmar que a norma tem o condão de engessar o tempo de contribuição em apenas um regime é emprestar-lhe sentido avesso ao ordenamento jurídico.

Essa hipótese de desaposentação ainda pode permanecer relevante por muitos anos, apesar da recente inovação no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União. Em primeiro lugar, porque diversos Estados e Municípios ainda não instituíram regime de previdência complementar e, também, porque mesmo no serviço

---

<sup>51</sup> Nesse sentido, o Acórdão proferido pela Sexta Turma do STJ no AgRg em REsp nº 328.101-SC. Rel.: Min. Maria Thereza de Assis Moura. DJ: 02/10/2008. DJe: 20/10/2008.

público federal ainda há diversos servidores ativos que ingressaram nos quadros da União antes da Lei nº 12.618/2012.

Vale lembrar que também é possível o interesse na operação inversa, para que o indivíduo aposentado por um RPPS leve o tempo de contribuição utilizado na concessão de sua aposentadoria *para o RGPS*. Entretanto, como a regra demonstra que os benefícios concedidos pelos regimes dos servidores públicos são mais vantajosos, tal hipótese, apesar de teoricamente possível, não representa grande relevância prática, diante do reduzido número de segurados que poderiam ser beneficiados por ela.

Há autores que enumeram a renúncia de uma aposentadoria, para concessão de um benefício assistencial, como a terceira hipótese de desaposentação, como LADENTHIN e MASOTTI, em sua obra a respeito do tema<sup>52</sup>. Em tal caso, pressupõe-se que o segurado seja beneficiário de aposentadoria com renda mensal igual ao salário mínimo, e conte com pelo menos 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Além disso, deve conviver com cônjuge ou companheiro habilitado a postular o benefício assistencial previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993).

Os benefícios assistenciais independem de contribuições do indivíduo ao sistema e são voltados à proteção social dos hipossuficientes. MARTINS lembra que a Assistência Social é um conjunto de princípios, normas e instituições que, através de atividades particulares e estatais, destina-se à garantia de benefícios e serviços mínimos à população hipossuficiente, independentemente de suas contribuições à Seguridade Social<sup>53</sup>.

Nesse escopo, a LOAS institui o benefício assistencial de prestação continuada, no valor de um salário mínimo mensal, destinado aos idosos (com pelo menos 65 anos de idade) e pessoas com deficiência, incapazes de prover a sua manutenção, nem de tê-la provida por sua família (LOAS, artigo 20, *caput*). A própria Lei define um *critério objetivo* para aferição da hipossuficiência econômica do indivíduo, ao estabelecer que a pessoa incapaz de prover a sua manutenção ou de tê-la provida por sua família é aquela cuja renda familiar *per capita* seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de salário mínimo (LOAS, artigo 20, § 3º).

---

<sup>52</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 72.

<sup>53</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Op. cit.* p. 464.

Para fins de apuração da renda mensal familiar, o Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003 – estabelece que os valores percebidos a título de benefício assistencial por outro idoso do mesmo grupo familiar *não* devem entrar no cálculo da renda (artigo 34, parágrafo único). Por isso, um casal de idosos com pelo menos 65 (sessenta e cinco) anos de idade pode receber dois benefícios assistenciais de prestação continuada – um para cada cônjuge ou companheiro. Por outro lado, se um deles for titular de aposentadoria, a renda mensal familiar inexoravelmente supera o limite para aferição da hipossuficiência econômica, pois, nesse caso, não lhes aproveita a exceção veiculada pelo Estatuto do Idoso. E, dessa maneira, se o outro cônjuge ou companheiro não reunir os requisitos necessários à concessão de aposentadoria, o casal tem de sobreviver com somente um salário mínimo mensal.

Justamente ao perceberem a redução da proteção conferida a esse segundo casal, LADENTHIN e MASOTTI sugerem a possibilidade de o cônjuge ou companheiro titular do benefício previdenciário renunciar à prestação, com o propósito de tornar ambos aptos à concessão do benefício assistencial de prestação continuada, dobrando a renda mensal familiar. Na medida em que o segurado postulante da desaposentação, nesse caso, pretende receber um benefício assistencial, a necessária filiação posterior à jubilação é afastada, uma vez que a concessão da nova prestação independe de contribuições. Preserva-se, contudo, a necessidade de demonstração da concessão de benefício mais vantajoso, o que se garante pela melhora na renda mensal familiar.

Contudo, apesar de a proposta ser interessante, é preciso salientar que ela traz consigo certos *efeitos colaterais* ao idoso, que tampouco passaram despercebidos pelas autoras. Diante da natureza assistencial do benefício de prestação continuada, o segurado que renunciar à sua aposentadoria abre mão da gratificação natalina (13º salário) e desampara seus dependentes, uma vez que o novo benefício não gera pensão por morte<sup>54</sup>.

Aliada à ponderação a ser realizada quanto aos efeitos colaterais, a opção pela desaposentação, nessa hipótese, também deve levar em consideração o abrandamento jurisprudencial na objetividade de aferição da hipossuficiência econômica. Diversas decisões admitem a demonstração da miserabilidade do beneficiário por outros meios de prova,

---

<sup>54</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 72.

desvinculando a concessão do benefício assistencial à renda *per capita* familiar<sup>55</sup>. Aliás, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar os Recursos Extraordinários 567.985/MT<sup>56</sup> e 580.963/PR<sup>57</sup>, declarou que o critério objetivo da Lei Orgânica da Assistência Social (renda mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo) tornou-se inconstitucional, em função de alterações sociais, econômicas e legislativas.

Outro aspecto que não pode ser relevado é a possibilidade de aplicação analógica da exceção estabelecida pelo Estatuto do Idoso, no caso de a aposentadoria de um dos cônjuges ou companheiros ter renda mensal no valor de um salário mínimo<sup>58</sup>.

Portanto, ainda que teoricamente possível, a relevância prática dessa hipótese é inexpressiva, uma vez que o aposentado pode lograr êxito em aumentar sua renda familiar independentemente da desaposentação.

### **1.5. Proposta de definição**

O ápice da conceituação de um instituto jurídico consubstancia-se na definição proposta pelo jurista. Com os elementos apresentados até este ponto, já é possível apresentar uma definição pessoal da desaposentação, como o ato jurídico através do qual o aposentado que continuou ou retornou a exercer atividade de filiação obrigatória a regime de previdência social renuncia aos efeitos pecuniários de sua aposentadoria, com o propósito de obter benefício necessariamente mais vantajoso, no mesmo ou em outro regime previdenciário.

Ao se considerar a desaposentação dentro do Regime Geral de Previdência Social, é possível estreitar ainda mais a definição, para afirmar que a desaposentação é a renúncia à primeira aposentadoria, condicionada à concessão de outra, necessariamente mais vantajosa, com a finalidade específica de revisar os proventos da inatividade.

---

<sup>55</sup> Por exemplo: Superior Tribunal de Justiça. 2ª Turma. AgRg em REsp nº 409.974-SP. Rel.: Min. Herman Benjamin. DJ: 26/11/2013. DJe: 05/12/2013.

<sup>56</sup> Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Recurso Extraordinário nº 567.985/MT. Rel. Min. Gilmar Mendes. DJ: 18/04/2013. DJe: 03/10/2013.

<sup>57</sup> Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Recurso Extraordinário nº 580.963/PR. Rel. Min. Gilmar Mendes. DJ: 18/04/2013. DJe: 14/11/2013.

<sup>58</sup> Por exemplo: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região. IUJEF nº 5002747-79.2012.404.7011-PR. Rel. Juiz Federal Leonardo Castanho Mendes. DJ: 02/08/2013. DJe: 07/08/2013.

A partir de agora, será realizado um recorte metodológico, para estabelecer a hipótese de desaposentação dentro do Regime Geral de Previdência Social como objeto de investigação na sequência deste estudo.

## 2. MOTIVOS

No capítulo anterior, a desaposentação foi abordada em sua perspectiva conceitual. Por isso, procurou-se investigar o que ela *é* e qual a sua *finalidade*, tarefa que dirigiu as atenções ao próprio ato da desaposentação.

Nas próximas linhas, a investigação volta-se às *circunstâncias que precedem a desaposentação*, responsáveis por estimular o interesse dos aposentados no instituto. São características do Direito Previdenciário brasileiro que conferem sentido aos debates acerca do tema.

### 2.1. Ausência de requisito etário nas aposentadorias por tempo de contribuição

A aposentadoria por tempo de contribuição é prevista pela Constituição Federal (CF), que estabelece como requisito a comprovação de 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, para os homens, e 30 (trinta), para as mulheres (artigo 201, § 7º, I). A Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS) acrescenta um segundo requisito, comum a todas as aposentadorias voluntárias, que é justamente o cumprimento de 180 (cento e oitenta) meses de contribuição, para fins de carência (artigo 25, II).

A concessão do benefício independe da idade do segurado. Por isso, é comum a jubilação de indivíduos bastante jovens, dotados de plena capacidade para o trabalho.

Vale lembrar que existem hipóteses nas quais o requisito tempo de contribuição é reduzido. Nesses casos, o benefício é denominado aposentadoria especial, que é essencialmente uma espécie *sui generis* de aposentadoria por tempo de contribuição.

A depender do nível de exposição do segurado aos agentes nocivos à sua saúde ou integridade física, a concessão do benefício depende da comprovação de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos de contribuição, independentemente do sexo ou idade do segurado (LBPS, artigo 57, *caput*). A existência de critérios diferenciados é respaldada pela Constituição Federal, que visa proteger os indivíduos submetidos a condições de trabalho que prejudiquem sua saúde ou integridade física (artigo 201, § 1º).

Outra hipótese de aposentadoria por tempo de contribuição diferenciada, prevista no ordenamento jurídico brasileiro, é a dos professores. Os segurados que comprovarem o exercício efetivo e exclusivo das funções de magistério na educação infantil e no ensino

fundamental e médio têm o requisito de tempo de contribuição reduzido em 5 (cinco) anos (CF, artigo 201, § 8º). Novamente, a idade é irrelevante para a concessão do benefício.

A ausência de um requisito etário estimula questionamentos acerca da inexistência de um risco social coberto pela aposentadoria por tempo de contribuição. HORVATH JÚNIOR leciona com maestria acerca da finalidade precípua do Direito Previdenciário:

Através da relação jurídica previdenciária é possível o amparo dos beneficiários (segurados e dependentes) quando estes se deparam com **eventos previamente selecionados** que os coloquem numa **situação de necessidade social** em virtude da impossibilidade de obtenção de sua própria subsistência ou do aumento das despesas<sup>59</sup> (grifou-se).

Diante dessa associação entre as necessidades sociais e o Direito Previdenciário, eclode na doutrina uma celeuma com respeito à previsão normativa da aposentação independente de requisito etário, em função da difícil constatação de um *risco social* coberto pelo benefício.

Nessa linha, existem juristas que se inclinam contrariamente à aposentadoria por tempo de contribuição, justamente porque *não* vislumbram qualquer *risco social* protegido por esse benefício<sup>60</sup>. Por outro lado, para aqueles que defendem essa espécie de aposentadoria, o tempo de contribuição opera uma *presunção* de redução da capacidade laboral do segurado, decorrente do desgaste provocado pelos anos de trabalho<sup>61</sup>. Além disso, ao promover uma constante e rápida *renovação no mercado de trabalho*, essa modalidade poderia ser útil no combate ao desemprego<sup>62</sup>.

De qualquer maneira, é importante notar que a Constituição Federal *não* inclui expressamente entre os eventos a serem cobertos pela previdência social o tempo de contribuição. No artigo 201, o constituinte enumerou expressamente as seguintes contingências: doença, invalidez, morte e *idade avançada* (inciso I); maternidade (inciso II); desemprego involuntário (inciso III); salário-família e auxílio-reclusão para os segurados de baixa renda (inciso IV); e pensão por morte (inciso V).

---

<sup>59</sup> HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Op. cit.* p. 91.

<sup>60</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 502.

<sup>61</sup> HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Op. cit.* p. 144.

<sup>62</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de direito previdenciário*. p. 474.



Todavia, o legislador ordinário expande a cobertura do regime previdenciário brasileiro, incorporando o “tempo de serviço” ao rol de eventos previamente estabelecido pelo constituinte (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigo 1º). A opção do legislador é justificável, pois a enumeração veiculada pelo texto constitucional não pode ser lida de maneira taxativa. Afinal, quando tratam de direitos fundamentais do cidadão – como é a previdência social (Constituição Federal, artigo 6º, *caput*) – as normas jurídicas devem ser ampliativas, resguardando as cláusulas mínimas previstas pela Constituição Federal (CF), mas a elas não se limitando (CF, artigo 5º, § 2º).

Outro aspecto relevante a ser considerado diz respeito à eficácia dos direitos fundamentais. Sobre o tema, DANIEL MACHADO DA ROCHA salienta a produção de efeitos *positivos* e *negativos*, em relação à atividade legislativa. No primeiro caso, assume-se um mandamento de implantação dos direitos previstos, mas não delineados pela Constituição Federal, exigindo-se uma atuação *ativa* do Poder Legislativo. No segundo, para evitar a supressão de direitos prestacionais já materializados pela legislação infraconstitucional, impõe-se ao legislador uma abstenção, consubstanciada pelo *Princípio da Proibição do Retrocesso Social*<sup>63</sup>. De tal maneira, é inviável tratar de uma eventual extinção da aposentadoria por tempo de contribuição – ou de sua vinculação ao requisito etário – sem considerar o aludido princípio.

Mesmo assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso pretendeu incluir, no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), um requisito etário para qualquer modalidade de aposentadoria. Com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 21/1995, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, previa-se a idade mínima de 60 (sessenta) anos, para os homens, e 55 (cinquenta e cinco) para as mulheres, como requisito adicional às aposentadorias por tempo de contribuição<sup>64</sup>.

Entretanto, o processo legislativo culminou com a promulgação da Emenda Constitucional nº 20/1998, cuja redação final não prevê a conjugação dos requisitos idade e tempo de contribuição, que foi *rejeitada* pelo Congresso Nacional, por *apenas um voto*<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> ROCHA, Daniel Machado da. *O direito fundamental à previdência social: na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro*. p. 117.

<sup>64</sup> O requisito etário previsto na PEC foi obtido em reportagem veiculada pelo site Diário de Cuiabá: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/071198/brmundo2.htm>. Acesso em 06 de abril de 2014.

<sup>65</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 460.

Por isso, subsiste no ordenamento jurídico pátrio a aposentadoria por tempo de contribuição, independentemente de requisito etário.

Essa característica insere o Brasil em um exclusivo grupo de nações que garantem a concessão de aposentadoria independentemente da idade do segurado. Segundo levantamento realizado por VIANNA, apenas Irã, Iraque e Equador compartilham essa peculiaridade do regime previdenciário brasileiro. De todos esses países, o Brasil é o único a não exigir que o beneficiário afaste-se de sua atividade<sup>66</sup>.

Diante dessa modalidade de aposentadoria, é comum a jubilação de segurados bastante jovens e plenamente dotados de aptidão para o trabalho. Pelas regras atualmente existentes, é possível, por exemplo, que uma segurada se aposente com apenas 42 (*quarenta e dois*) anos de idade. Afinal, o próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reconhece a filiação dos segurados a partir dos 12 (doze) anos de idade, no período de vigência da Constituição Federal de 1967 – 15 de março de 1967 a 04 de outubro de 1988 (Instrução Normativa nº 45/2010 da presidência do Instituto Nacional do Seguro Social, artigo 30, II). Dessa maneira, se uma segurada nascida em 1972 comprovar atividade ininterrupta desde o limite etário mínimo de filiação – que para ela é em 1984 – atinge 30 (trinta) anos de contribuição em 2014, aos 42 (*quarenta e dois*) anos de idade.

Todavia, a aposentação precoce é insuficiente para explicar as circunstâncias que motivam os aposentados a obter um melhor benefício. Se individualmente considerada, a ausência de requisito etário para a aposentadoria não demonstra o surgimento de um interesse econômico na desaposentação.

Em verdade, ela opera como um mecanismo *permissivo* do instituto, ao possibilitar o reingresso – ou a permanência – do aposentado no mercado de trabalho, diante da manutenção de sua aptidão profissional, além de ratificar a aposentadoria por tempo de contribuição como objeto por excelência da desaposentação. Mas para efetivamente explicar a motivação dos aposentados que pleiteiam um melhor benefício, ela terá de ser considerada em conjunto com outras características do regime previdenciário brasileiro.

---

<sup>66</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 501.

## 2.2. O método de cálculo da renda mensal inicial

Sabe-se que a aposentadoria é *benefício previdenciário por excelência*, como muito bem asseveram CASTRO e LAZZARI, justamente por notarem a essencialidade deste benefício à subsistência do segurado e da sua família, diante de seu caráter substitutivo da renda proveniente do trabalho<sup>67</sup>.

Por isso, a certificação de que a aposentadoria cumpre sua finalidade social depende da renda que ela proporciona ao beneficiário, que deve ser compatível com os ganhos auferidos por ele, enquanto ainda estava ativo. Em contrapartida, é imprescindível notar a latente tensão que se afigura entre a concretização dos direitos fundamentais sociais – dentre os quais se inclui a previdência social (Constituição Federal, artigo 6º, *caput*) – e as possibilidades materiais do Estado para provê-los, característica realçada nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, e que é conhecida pela doutrina como *limite do financeiramente possível*<sup>68</sup>.

No âmbito do Direito Previdenciário, essa tensão se consubstancia no *princípio do equilíbrio financeiro e atuarial* (Constituição Federal, artigo 201, *caput*), que atua de maneira a resguardar a higidez da previdência social e, por via reflexa, garantir a manutenção da cobertura previdenciária ao longo do tempo, protegendo, dessa forma, os próprios destinatários do direito fundamental. Aliás, DAL BIANCO frisa, com sensatez: “*de nada adiantaria um sistema previdenciário completo e abrangente se seu custo fosse incapaz de ser suportado pela coletividade: ou ele não sairia do papel ou, acaso conseguisse, seria natimorto*”<sup>69</sup>.

O método de cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias não poderia passar à margem desta tensão. Por isso, nas próximas linhas, aferir-se-á de que maneira o legislador pátrio regulamentou esse método, e em que medida ele é capaz de atender às expectativas atuais dos aposentados, característica do regime previdenciário que é determinante para o interesse no instituto da desaposentação.

---

<sup>67</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p. 569.

<sup>68</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. p. 825.

<sup>69</sup> DAL BIANCO, Dânae. *Princípios constitucionais da previdência social*. p. 64.

O parâmetro mais importante no cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias é o **salário de benefício**, obtido pela média aritmética simples dos 80% (oitenta por cento) maiores salários de contribuição do segurado, ao longo de *todo* o período contributivo (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 29, I e II). Se o segurado houver se filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) até 28/11/1999, data de publicação da Lei nº 9.876/1999, a média aritmética simples será calculada com base em seus 80% (oitenta por cento) maiores salários de contribuição, apurados desde a competência *julho de 1994* (Lei nº 9.876/1999, artigo 3º, *caput*). Todos os salários de contribuição utilizados para o cálculo da média são *atualizados monetariamente*, para preservar o valor real do coeficiente apurado (Constituição Federal, artigo 201, § 3º). Atualmente, o indexador aplicado pela previdência social é o *INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor*, calculado pelo IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigo 29-B).

O salário de benefício está *limitado* ao valor máximo das prestações pagas pela Previdência Social – conhecido como “teto” e definido anualmente por portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigo 29, § 2º). Em sentido oposto, o salário de benefício tampouco pode ser inferior ao valor do salário mínimo vigente, por força do mesmo dispositivo legal e também da Constituição Federal, que impede a concessão de aposentadorias com renda mensal inferior ao salário mínimo (artigo 201, § 2º). Ambos os limites aplicam-se ao valor correspondente ao *salário de contribuição* – base de cálculo das contribuições sociais dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (Lei de Custeio da Previdência Social, artigo 28, §§ 3º e 5º), o que, *em princípio*, preserva a equivalência entre as contribuições vertidas ao sistema e o valor do futuro benefício.

Entretanto, a existência do limite máximo de contribuição e, consequentemente, do salário de benefício, revela que as aposentadorias deixam de substituir integralmente a renda auferida pelos segurados cujos salários, enquanto ativos, superam o “teto” das prestações previdenciárias. Dessa maneira, para esses indivíduos, a aposentadoria recebida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é insuficiente para a conservação de seu poder aquisitivo, o que delimita a existência de um primeiro grupo de segurados insatisfeitos com a renda auferida na inatividade.

Outro aspecto a ser ressaltado é a *amplitude* do período contributivo que integra o cálculo do salário de benefício. MARTINS adverte, com razão, que a renda dos trabalhadores tende a ser diretamente proporcional à sua experiência<sup>70</sup>. Por isso, normalmente o salário é maior nos últimos anos de sua carreira profissional. Dessa forma, ao incluir *todo* o período contributivo do segurado no cálculo da média aritmética dos salários de contribuição, o legislador induz um resultado tendente à *mediana* – valor do salário auferido pelo segurado na metade de sua vida contributiva – e, portanto, usualmente inferior à remuneração que o trabalhador recebe em seus últimos anos de trabalho.

Vale lembrar que a redação original da Constituição Federal de 1988 previa, no *caput* do artigo 202, que a renda mensal da aposentadoria seria obtida com base na média dos 36 (*trinta e seis*) últimos salários de contribuição. Percebe-se que o constituinte foi sensível à evolução da renda do trabalhador, e pretendeu garantir o pagamento de um benefício compatível com a renda auferida no período imediatamente anterior à jubilação.

Todavia, a Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998 *desconstitucionalizou* a regra de cálculo das aposentadorias. HORVATH define desconstitucionalização como “*fenômeno pelo qual uma determinada área do direito deixa de ter previsão constitucional e passa ser disciplinada apenas pelo legislador ordinário*”<sup>71</sup>. Foi através da Lei nº 9.876/1999 que o legislador instituiu as atuais regras de apuração da renda mensal inicial das aposentadorias, inclusive quanto ao salário de benefício, preenchendo o vazio normativo produzido pelo constituinte derivado. Além disso, esse diploma legislativo promoveu outra relevante inovação no Direito Previdenciário brasileiro, ao instituir o *fator previdenciário*.

O **fator previdenciário** é um índice calculado com base na *idade*, na *expectativa de sobrevida* e no *tempo de contribuição* do segurado ao se aposentar (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 29, § 7º), conforme a seguinte fórmula<sup>72</sup>:

$$\text{Fator} = \frac{\text{TC} \times \text{A}}{\text{ES}} \times \left[ 1 + \frac{(\text{Id} + \text{TC} \times \text{A})}{100} \right]$$

Os parâmetros da fórmula correspondem respectivamente a: TC – tempo de contribuição; Id – idade; ES – expectativa de sobrevida; e A – alíquota no valor de 0,31,

<sup>70</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Op. cit.* p. 314.

<sup>71</sup> HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Op. cit.* p. 149.

<sup>72</sup> Fórmula veiculada em Anexo ao texto da Lei nº 9.876/1999.

referente à contribuição de 11% (onze por cento) do empregado mais 20% (vinte por cento) do empregador. Analisando a fórmula, pode-se concluir que o tempo de contribuição e a idade do segurado são *diretamente proporcionais* ao fator previdenciário, enquanto a expectativa de sobrevida é *inversamente proporcional*. Noutras palavras, quanto mais idoso for e mais tempo de contribuição tiver o segurado, maior é o fator previdenciário, inclusive porque sua expectativa de sobrevida é inferior, devido ao avanço da idade.

O fator previdenciário incide sobre a média aritmética dos 80% (oitenta por cento) maiores salários de contribuição do segurado, multiplicando-a, como um verdadeiro fator matemático. O salário de benefício é o produto obtido dessa multiplicação. Por isso, se o fator previdenciário for superior a 1 (um), o segurado é beneficiado pela sua incidência. Caso contrário, a incidência do fator previdenciário reduz o valor do salário de benefício.

A tabela do fator previdenciário do ano de 2014, calculada com base na tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, levando em conta a média nacional única para *ambos os sexos* (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 29, § 8º) e referente ao ano de 2012, revela que um segurado aposentado com 35 anos de contribuição somente atinge um fator previdenciário superior a 1 (um) se, na data da jubilação, contar com pelo menos *64 (sessenta e quatro) anos de idade*<sup>73</sup>. Outro dado interessante é que somente a partir dos *56 (cinquenta e seis) anos de idade* o segurado pode atingir um fator previdenciário superior a 1 (um). Se for mais novo, qualquer que seja seu tempo de contribuição ao aposentar-se, não atinge um índice que o beneficie.

Diante de tais observações, alguns doutrinadores concluem que o fator previdenciário foi uma resposta do governo de Fernando Henrique Cardoso à derrota sofrida no Congresso Nacional, que não aprovou a vinculação de todas as modalidades de aposentadorias ao requisito etário, excluindo esse ponto do texto definitivo da Emenda Constitucional nº 20/1998. Sobre isso, VIANNA assevera que “*o fator previdenciário foi criado com a finalidade de postergar a aposentadoria do segurado*”<sup>74</sup>. Tal conclusão é cristalina ao se observar que o fator previdenciário é influenciado pela idade do segurado, o que promove a relação direta entre ela e a renda do futuro benefício. Por isso, conquanto não seja requisito à concessão de toda e qualquer aposentadoria prevista no Regime Geral de Previdência Social

---

<sup>73</sup> Vide tabela no Anexo I.

<sup>74</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 460.

(RGPS), a idade do segurado é sempre um elemento a influenciar o valor da prestação, o que não passa despercebido pelo segurado cauteloso. Todavia, como a cautela não é compartilhada pela maioria dos indivíduos, o fator previdenciário pouco contribui para retardar as jubilações – o que se constata na prática – e sua incidência negativa no cálculo do salário de benefício acaba sendo rotineira e severamente prejudicial aos aposentados.

Vale lembrar que as aposentadorias por invalidez e especial são *isentas* do fator previdenciário, já que, em tais casos, o salário de benefício é obtido diretamente pela média aritmética dos 80% (oitenta por cento) maiores salários de contribuição (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 29, II). Na aposentadoria por idade, a incidência do fator é *condicionada* à opção do segurado (Lei nº 9.876/1999, artigo 7º), o que afasta sua aplicação nos casos em que o índice for inferior a 1 (um). Diante disso, a preocupação com o fator previdenciário é praticamente exclusiva dos segurados que se aposentam na modalidade de *aposentadoria por tempo de contribuição*.

Não obstante as severas críticas que podem ser feitas ao fator previdenciário, há autores que vislumbram nele um mecanismo essencial à manutenção do sistema previdenciário, especialmente ao notarem sua sintonia com o *princípio do equilíbrio financeiro e atuarial* (Constituição Federal, artigo 201, *caput*).

Sobre esse ponto, valiosa contribuição é obtida pela leitura de DAL BIANCO, que esclarece, inicialmente, a distinção entre *equilíbrio financeiro* e *equilíbrio atuarial*: o primeiro “*diz respeito a harmonia entre receitas e despesas da Previdência em um dado momento (...) Trata-se, assim, da existência de caixa para pagamento dos benefícios e serviços devidos*”<sup>75</sup>; já o segundo é mais complexo, pois a ciência atuarial, “*ao mesmo tempo em que envolve variáveis financeiras, considera também variáveis demográficas, econômicas e probabilísticas, num horizonte de longo prazo*”<sup>76</sup>.

É justamente para atender ao equilíbrio atuarial que o plano de benefícios da previdência social deve ser desenvolvido em sintonia com os dados das tábuas de mortalidade, da expectativa de sobrevida, do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do envelhecimento populacional e até mesmo das taxas de juros. Os cálculos atuariais revelam-se

<sup>75</sup> DAL BIANCO, Dânae. *Op. cit.* p. 61.

<sup>76</sup> *Idem.* p. 62.

ainda mais importantes no sistema previdenciário de *repartição simples*<sup>77</sup> – a exemplo do brasileiro –, diante da não formação de reservas financeiras. Nesse contexto, o sistema deve ser planejado para suportar riscos futuros, com intuito de gerar um equilíbrio de longo prazo. E o fator previdenciário é a solução encontrada pelo legislador pátrio para aperfeiçoar o perfil atuarial do Regime Geral de Previdência Social<sup>78</sup>.

Com exceção da incidência do fator previdenciário, o salário de benefício das aposentadorias é obtido da mesma maneira, a partir da média aritmética simples dos 80% (oitenta por cento) maiores salários de contribuição. Após essa apuração, o valor é multiplicado por um segundo fator, *específico para cada espécie de aposentadoria*, conforme definido pela lei.

Segundo as disposições do artigo 53 da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), a renda mensal inicial da **aposentadoria por tempo de contribuição** *integral* corresponde a 100% (cem por cento) do salário de benefício. Caso o benefício seja concedido na modalidade *proporcional*, a renda mensal inicial é de 70% (setenta por cento) do salário de benefício, acrescido de 5% (cinco por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade que superar o tempo de contribuição necessário à aposentadoria proporcional – incluído o pedágio – até o limite de 100% (cem por cento), conforme definido na Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998, artigo 9º, § 1º, II.

Vale ressaltar que, a exemplo do salário de benefício, a renda mensal inicial não pode ser inferior ao salário mínimo, ainda que a aplicação da fórmula prevista pela EC resulte em valor menor do que o piso salarial (Constituição Federal, artigo 201, § 2º).

Já a renda mensal inicial da **aposentadoria por idade** equivale a 70% (setenta por cento) do salário de benefício, mais 1% (um por cento) deste, a cada grupo de 12 (doze) contribuições mensais, até o limite de 100% (cem por cento), conforme critério estabelecido no artigo 50 da LBPS. Isso significa, por exemplo, que, ao cumprir a carência mínima para concessão do benefício – 180 meses de contribuição –, o segurado tem sua renda mensal

---

<sup>77</sup> Sistema previdenciário de repartição simples, segundo Morgana Zamignan Volpi, é caracterizado pela ausência de formação de fundos, que somente existem no sistema de capitalização. Na repartição simples, ainda segundo a autora, as contribuições dos segurados financiam o pagamento dos benefícios atualmente em manutenção, revelando a primazia do princípio da solidariedade e do pacto entre as gerações.

<sup>78</sup> DAL BIANCO, Dânae. *Op. cit.* p. 62-64.



inicial correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do salário de benefício<sup>79</sup>. Para atingir 100% (cem por cento) deste, deve possuir 360 meses de contribuição.

Vale lembrar que a incidência do fator previdenciário, no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por idade é *facultativo* (Lei nº 9.876/1999, artigo 7º). Além disso, a renda mensal inicial também está limitada ao “teto” previdenciário, e não pode ser inferior ao salário mínimo (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 33).

O beneficiário da **aposentadoria especial** recebe uma renda mensal inicial correspondente a 100% (cem por cento) de seu salário de benefício, de acordo com o artigo 57, *caput*, da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS). Ao contrário das duas primeiras espécies, acima analisadas, nesse caso não existe qualquer hipótese em que o aposentado receba prestação inferior ao salário de benefício, que tampouco está sujeito à incidência do fator previdenciário (LBPS, artigo 29, II).

Quanto à **aposentadoria por invalidez**, por força do artigo 44, *caput*, da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), a renda mensal inicial será de 100% (cem por cento) do salário de benefício, que é isento da incidência do fator previdenciário (LBPS, artigo, 29, II).

O limite mínimo da renda mensal inicial será o valor do salário mínimo (LBPS, artigo 33). Porém, em relação ao limite máximo, essa modalidade de aposentadoria permite a superação do “teto” previdenciário, caso o resultado da renda mensal inicial, acrescido do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), pago ao segurado aposentado por invalidez que necessite de assistência permanente de outra pessoa, supere aquele limite (LBPS, artigo 45, parágrafo único, “a”).

Para a perfeita noção dos resultados que podem ser gerados pela incidência das regras de apuração da renda mensal inicial, é necessário apresentar ao menos um exemplo prático. Considere-se uma segurada do sexo feminino, nascida em 01/01/1972, que iniciou sua vida laboral aos exatos 12 (doze) anos de idade, tendo sido filiada ininterruptamente à previdência social, até 01/01/2014, quando completou 30 (trinta) anos de contribuição. Considere-se, ainda, que seus salários de contribuição, desde a competência julho de 1994, sempre

---

<sup>79</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 497.

atingiram o “teto” previdenciário, e que tenha requerido aposentadoria por tempo de contribuição em 01/01/2014.

Segundo dados extraídos dos sistemas corporativos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)<sup>80</sup>, a média dos seus 80% (oitenta por cento) maiores salários de contribuição é de R\$ 3.976,01 (três mil, novecentos e setenta e seis reais e um centavo). O fator previdenciário é 0,4544, mesmo após a inclusão de 5 (cinco) anos adicionais de contribuição, para compensar o cálculo em favor das seguradas, cujo requisito tempo de contribuição é inferior ao dos homens em 5 (cinco) anos, conforme previsão da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), no artigo 29, § 9º, I. O resultado do salário de benefício, portanto, é de R\$ 1.806,69 (um mil, oitocentos e seis reais e sessenta e nove centavos).

Nesse exemplo, a aposentadoria por tempo de contribuição é concedida na modalidade integral, motivo por que a renda mensal inicial corresponde a 100% (cem por cento) do salário de benefício, ou seja, R\$ 1.806,69 (um mil, oitocentos e seis reais e sessenta e nove centavos).

Na medida em que as contribuições da segurada são limitadas pelo “teto” previdenciário, é possível que a renda proveniente de seu trabalho atingisse, por exemplo, em dezembro de 2013, R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais. Não é razoável imaginar que ela se contente com a renda auferida na aposentadoria concedida pelo INSS. E, como ainda é jovem, certamente seguirá trabalhando, contribuindo para a previdência social, e será uma potencial requerente da desaposentação.

Por essas razões, as regras de cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias resultam em prestações, usualmente, incapazes de substituir efetivamente os rendimentos auferidos pelo segurado. Diante disso, é comum sua insatisfação com a renda mensal inicial, o que gera um *interesse econômico* do beneficiário na desaposentação.

O instituto da desaposentação pode alterar a renda mensal inicial do benefício porque: a) permite a inclusão de novos salários de contribuição – potencialmente maiores – no cálculo da média; b) aumenta o tempo de contribuição do segurado, o que sempre influencia no cálculo do fator previdenciário e, no caso das aposentadorias por tempo de contribuição – na

---

<sup>80</sup> Vide simulação do cálculo no Anexo II.

modalidade proporcional – e por idade, da própria renda mensal inicial; c) e altera o cálculo do fator previdenciário simplesmente em função do envelhecimento do segurado, o que aumenta sua idade e diminui a expectativa de sobrevida.

Portanto, as regras de cálculo da renda mensal inicial criam um cenário propício para *motivar* os aposentados a pleitearem a desaposentação, com o propósito de majorar os proventos de seu benefício.

### 2.3. O critério de reajustamento das prestações

A Constituição Federal (CF) estipula a *irredutibilidade do valor dos benefícios* como um dos princípios da Seguridade Social (artigo 194, parágrafo único, IV), e vai além, ao estabelecer a *cláusula de preservação do valor real dos benefícios*<sup>81</sup>, assegurando-lhes, para isso, um *critério de reajustamento*, definido em lei (artigo 201, § 4º).

Dessa forma, pretende-se garantir a manutenção do *poder aquisitivo* dos beneficiários, pois a proteção a eles destinada deve conservar o *valor real* da prestação – uma verdadeira *irredutibilidade material*, que combate os efeitos da inflação em relação aos proventos<sup>82</sup>. Por isso, a irredutibilidade dos benefícios previdenciários é mais significativa do que a própria irredutibilidade dos salários, que assegura, aos trabalhadores, a preservação de seu valor nominal – o que significa que os salários são formalmente irredutíveis – salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (CF, artigo 7º, VI).

A maior amplitude da proteção constitucional dispensada aos beneficiários é justificável, como muito bem percebem ROCHA e BALTAZAR JÚNIOR, porque os aposentados e pensionistas não dispõem do poder de barganha dos trabalhadores, que, através dos instrumentos de negociação coletiva, podem pleitear aumentos junto aos empregadores<sup>83</sup>. O mesmo não ocorre no caso dos beneficiários, em relação à previdência social.

A norma constitucional que protege o valor real dos benefícios previdenciários tem *eficácia limitada*. Isso significa que ela depende da atuação legislativa para concretizar-se, ou seja, o texto constitucional não lhe concede normatividade suficiente para ser aplicada<sup>84</sup>. No

<sup>81</sup> VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Op. cit.* p. 475.

<sup>82</sup> ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. *Comentários à lei de benefícios da previdência social*. p. 165.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. p. 254.

presente caso, é tarefa do legislador estabelecer o *critério* de manutenção do valor real dos benefícios, conferindo à norma constitucional um conteúdo jurídico suficiente para torná-la eficaz.

Atualmente, por força do artigo 41-A, *caput*, da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), as prestações previdenciárias são reajustadas anualmente pelo *INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor* – apurado pelo IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O reajuste é realizado na mesma data em que o salário mínimo nacional é atualizado, e incide sobre todos os benefícios em manutenção, *pro rata*, de acordo com a data de início ou do último reajustamento de cada benefício (LBPS, artigo 41-A, *caput*). Evidentemente, o valor reajustado não pode exceder ao “teto” previdenciário (LBPS, artigo 41-A, § 1º).

O INPC é resultado de levantamentos realizados em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios – donde são extraídos dados relativos a aluguéis e condomínios. O período de coleta dos dados estende-se do primeiro ao trigésimo dia de cada mês. A população-objetivo da pesquisa inclui famílias cujo rendimento mensal situa-se entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos, que residem em áreas urbanas e que são chefiadas por um indivíduo assalariado. A abrangência geográfica da pesquisa compreende as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória e Porto Alegre, além de Brasília e dos municípios de Goiânia e Campo Grande<sup>85</sup>. O INPC acumulado no ano de 2013, por exemplo, chegou a 5,56% (cinco inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento)<sup>86</sup>.

Portanto, a aplicação do INPC como fator de reajustamento dos benefícios previdenciários é resultado de *opção legislativa*. Presume-se que o legislador ordinário vislumbre nesse índice um critério confiável e adequado para preservar o valor real das prestações, compensando a defasagem inflacionária e, dessa maneira, tornando eficaz o mandamento constitucional do artigo 201, § 4º.

---

<sup>85</sup> Informações obtidas no site do IBGE: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/defaultinpc.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm). Consulta em 26/04/2014.

<sup>86</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/ipca-inpc\\_201403\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201403_1.shtm). Consulta em 26/04/2014.

Vale lembrar que, em função da vedação constitucional à vinculação ao salário mínimo, para qualquer fim (artigo 7º, IV, *in fine*), as prestações da previdência social *não* podem ser reajustadas com base no mesmo percentual aplicado à correção do salário mínimo. Nesse sentido, já decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), reiteradas vezes<sup>87</sup>.

Entretanto, parcela significativa dos segurados mantém a crença na vinculação do reajuste de seus benefícios àquele aplicado ao salário mínimo. Existem razões históricas para isso: desde 1966, por exemplo, as prestações previdenciárias foram, em regra, reajustadas nas mesmas *datas* de reajustamento do salário mínimo – o que persiste até hoje (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 41-A, *caput*)<sup>88</sup>. Além disso, o ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – estabeleceu que, enquanto não fosse instituído o novo plano de benefícios da previdência social, as prestações mantidas por ocasião da promulgação da Constituição Federal seriam reajustadas com base no salário mínimo (ADCT, artigo 58, *caput*). O novo plano de benefícios somente foi criado em julho de 1991, através da Lei nº 8.213 (Lei de Benefícios da Previdência Social – LBPS). Por isso, as prestações pagas no período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal e a vigência da LBPS foram reajustadas conforme os índices aplicados ao salário mínimo. Essa regra, contudo, teve eficácia limitada àquele período, não persistindo além dele<sup>89</sup>.

Atualmente, os únicos benefícios que são reajustados conforme a correção do salário mínimo são aqueles que já vinham sendo pagos no valor mínimo, justamente para preservar a garantia constitucional do artigo 201, § 2º. Em tais casos, o único reajuste aplicado é decorrente da majoração do salário mínimo, não se aplicando cumulativamente o INPC, para evitar um aumento indevido da prestação<sup>90</sup>.

Para ilustrar os efeitos do critério de reajuste escolhido pelo legislador, considere-se o seguinte exemplo: a) suponha-se que um segurado tenha se aposentado em 01/01/2000, com renda mensal inicial fixada em R\$ 1.000,00 (um mil reais); b) aplicando-se às prestações a correção anual do INPC, conforme simulação realizada nos sistemas corporativos do Instituto

---

<sup>87</sup> Vide, por exemplo, as seguintes decisões: REExt. nº 234.779 – RJ. 1ª Turma. Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Julg.: 02/03/1999. DJU: 16/04/1999; REExt. nº 290.462 AgR-ED – RJ. 1ª Turma. Rel.: Min. Cezar Peluso. Julg.: 12/09/2006. DJU: 06/10/2006.

<sup>88</sup> ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. *Op. cit.* p. 166.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de direito previdenciário*. p. 457.

Nacional do Seguro Social (INSS), o valor da mensalidade reajustada, em janeiro de 2014, é de R\$ 2.496,82 (dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos)<sup>91</sup>.

Nesse período, portanto, o benefício sofreu um reajuste acumulado de 263% (duzentos e sessenta e três por cento). No mesmo íterim, o salário mínimo passou de R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais), em janeiro de 2000, para R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), em janeiro de 2014<sup>92</sup>. Isso significa que seu reajuste acumulado chega a 532% (quinhentos e trinta e dois por cento), índice superior ao dobro daquele aplicado à correção dos benefícios.

Ao se tomar como parâmetro o número de salários mínimos que o beneficiário recebia no mês de concessão da aposentadoria, obtém-se o valor de 7,35 (sete inteiros e trinta e cinco centésimos) salários mínimos. Em janeiro de 2014, a relação foi reduzida para 3,64 (três inteiros e sessenta e quatro centésimos) salários mínimos.

Dessa forma, ao dissociar a relação entre o valor do salário mínimo e dos benefícios previdenciários, o constituinte fomentou uma incompreensão em grande parte dos aposentados, culturalmente acostumados a acreditar naquela relação. O que se pretende com essa desvinculação é, em verdade, permitir um aumento real no valor do próprio salário mínimo, com o objetivo de majorar o poder aquisitivo das famílias da baixa renda, que não é possível quando diversos outros índices de reajustamento da economia acompanham a correção incidente sobre o salário mínimo<sup>93</sup>. A esse respeito, MARTINS salienta que a vedação constitucional visa a

[...] que o salário mínimo não seja uma forma de correção de honorários profissionais, prestações, preços ou outras formas de atualização de valores. Tem-se por objetivo evitar quaisquer efeitos inflacionários decorrentes do atrelamento de outros valores ao salário mínimo.<sup>94</sup>

Isso, contudo, não soluciona o sentimento de corrosão na renda dos aposentados. Aliás, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) propõe uma planilha mensal do *salário mínimo necessário*, que em janeiro de 2000 foi calculado em R\$ 942,60 (novecentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos), e passou a

---

<sup>91</sup> Vide simulação no Anexo III.

<sup>92</sup> Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Consulta em: 27/04/2014.

<sup>93</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo. *Curso de direito do trabalho*. p. 432.

<sup>94</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do trabalho*. p. 330.

R\$ 2.748,22 (dois mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos), em janeiro de 2014<sup>95</sup>.

O DIEESE calcula o salário mínimo necessário com base nas despesas de alimentação de uma família composta por dois adultos e duas crianças – que hipoteticamente consumiriam o equivalente a um adulto. Para aferir os custos com a alimentação, adota-se o maior valor da cesta básica nacional, apurado em dezesseis capitais brasileiras. O salário mínimo necessário corresponde ao triplo do maior valor da cesta básica nacional<sup>96</sup>.

Analisando os resultados obtidos no exemplo prático, percebe-se que, ao se aposentar, a renda mensal do segurado era superior ao valor do salário mínimo necessário calculado para o mês da jubilação. O mesmo não mais ocorria em janeiro de 2014, o que sinaliza uma possível insuficiência no critério de reajuste escolhido pelo legislador.

Na medida em que o aposentado percebe uma redução de seu poder aquisitivo, sente-se compelido a majorar sua renda, o que pode ser obtido com o retorno à ativa, se ele sentir-se apto ao trabalho. E, dessa forma, o aposentado volta a ser contribuinte obrigatório da previdência social, o que lhe conduz a um futuro interesse na desaposentação, para melhorar o valor de seu benefício.

#### **2.4. As contribuições pagas pelo aposentado que retorna à ativa**

Com o advento da Lei nº 9.032/1995, o aposentado que retorna à ativa tornou-se segurado obrigatório da previdência social<sup>97</sup>, o que lhe significa a obrigação legal de contribuir ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em decorrência dos rendimentos auferidos no trabalho, seja como empregado, contribuinte individual ou trabalhador avulso (Lei de Custeio da Previdência Social - LCPS, artigo 12, § 4º). Dessa maneira, o aposentado ativo contribui na mesma medida que um segurado ainda não jubilado.

Essa exigência legal encontra-se respaldada no **princípio da solidariedade**, apontado pela doutrina como um dos elementos caracterizadores do Direito Previdenciário<sup>98</sup>. LEITÃO e MEIRINHO lecionam com precisão que esse princípio está em plena sintonia com um dos

<sup>95</sup> Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Consulta em: 27/04/2014.

<sup>96</sup> Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Consulta em: 27/04/2014.

<sup>97</sup> Vale lembrar que até o advento da Lei nº 8.870/1994 o aposentado que retornava à ativa contribuía para a constituição de pecúlio, que lhe era restituído na ocasião do afastamento definitivo das atividades.

<sup>98</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p. 99-100.

objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e *solidária* (Constituição Federal, artigo 3º, I)<sup>99</sup>. Além disso, o princípio da solidariedade também emerge das disposições constitucionais específicas sobre a seguridade social, que tem como um de seus objetivos a *diversidade da base de financiamento* (Constituição Federal, artigo 194, VI). E o constituinte ainda arremata expressamente que “*a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei*” (Constituição Federal, artigo 195, *caput*).

Atualmente, não restam mais dúvidas sobre a natureza tributária das contribuições sociais<sup>100</sup>. Suas características gerais, contudo, podem variar de imposto a taxa, a depender de cada caso<sup>101</sup>. Segundo HUGO DE BRITO MACHADO, “*o imposto caracteriza-se por ter como fato gerador um fato ou uma situação de fato independente de atividade estatal*”<sup>102</sup> (grifou-se), enquanto a taxa “*se caracteriza por ter como fato gerador uma atividade estatal específica em relação ao contribuinte*”<sup>103</sup> (grifou-se).

Com relação às contribuições sociais para a seguridade social, parte da doutrina entende que o tributo assume características tendentes às da taxa, vislumbrando na respectiva relação tributária uma contraprestação estatal em prol do contribuinte. Nesse sentido, as conclusões de HARADA:

[...] a contribuição social caracteriza-se pelo fato de, no desenvolvimento pelo Estado de determinada atividade administrativa de interesse geral, acarretar maiores despesas em prol de certas pessoas (contribuintes), que passam a usufruir de benefícios diferenciados dos demais (não contribuintes). Tem seu fundamento na maior despesa provocada pelo contribuinte e na particular vantagem a ele proporcionada pelo Estado.<sup>104</sup>

Entretanto, por força do princípio da solidariedade, adquire maior precisão o entendimento contrário, que atribui às contribuições sociais para a seguridade social a natureza jurídica de imposto, ou seja, de tributo independente da atuação estatal em favor do contribuinte. Por isso, SOUZA leciona que

<sup>99</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant’Anna. *Op. cit.* p. 69.

<sup>100</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito constitucional tributário*. p. 171.

<sup>101</sup> *Idem.* p. 170.

<sup>102</sup> *Idem.* p. 61.

<sup>103</sup> *Idem.* p. 62.

<sup>104</sup> HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. p. 322.



[...] a exigência de contribuição para a seguridade social não depende de especial interesse dos empregadores ou de qualquer outro que seja chamado a contribuir, mas tão somente da condição de indivíduo integrante da sociedade, onde todos são solidários para com o financiamento das atividades estatais nas áreas de saúde, previdência e assistência social, consideradas de particular relevância pelo constituinte.<sup>105</sup>

Ao julgar a ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade – nº 3.105, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da imposição de contribuição social sobre os proventos de aposentadoria dos servidores públicos, tendo como um dos fundamentos da decisão o princípio da solidariedade<sup>106</sup>. Com amparo no mesmo raciocínio, ao julgar o RE – Recurso Extraordinário – nº 437.640/RS, a corte decidiu que a contribuição social do aposentado que retorna à ativa é constitucional, justamente por estar em sintonia com o princípio da solidariedade. Além disso, consignou-se que a repercussão das contribuições em benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) está *condicionada às disposições de lei*, nos termos do artigo 201, § 4º, da Constituição Federal<sup>107</sup>, alinhando-se o entendimento do Excelso Pretório à segunda corrente doutrinária.

Ao tratar da matéria, o legislador ordinário concede ao aposentado que retorna à ativa apenas duas prestações previdenciárias, o *salário-família* e a *reabilitação profissional*, e ainda limita sua abrangência àqueles segurados que se enquadrarem na condição de empregados, excluindo qualquer prestação aos contribuintes individuais e aos trabalhadores avulsos (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 18, § 2º).

O salário-família é um *benefício previdenciário* pago proporcionalmente ao número de filhos do segurado, desde que eles tenham até 14 (quatorze) anos de idade ou sejam inválidos, e a renda auferida pelo genitor não supere o valor definido anualmente em portaria interministerial (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigos 65 e 66). Em 2014, o salário-família é pago para segurados cuja renda mensal for de até R\$ 1.025,81 (um mil e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), caso em que o benefício é de R\$ 24,66 (vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos), por filho. Já se a renda do segurado for inferior a R\$ 682,51 (seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos) – *valor que não atinge*

---

<sup>105</sup> SOUZA, Hamilton Dias de. Contribuições especiais. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). *Curso de direito tributário*. p. 776.

<sup>106</sup> STF. Tribunal Pleno. ADI nº 3105-DF. Rel.: Min. Ellen Gracie. Julg.: 18/08/2004. DJ: 18/02/2005.

<sup>107</sup> STF. 1ª Turma. RE nº 437.640-RS. Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Julg.: 05/09/2006. DJ: 02/03/2007.

*sequer o salário mínimo nacional* – o benefício é de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), por filho (Portaria Interministerial Ministério da Previdência Social/Ministério da Fazenda nº 19/2014).

A reabilitação profissional, por sua vez, é um *serviço previdenciário*, que é prestado ao segurado incapacitado total ou parcialmente para o trabalho, garantindo-lhe os meios de reeducação e de readaptação profissional e social, compreendendo: a) o fornecimento de aparelhos de prótese, órtese e instrumentos de auxílio à locomoção; b) o reparo ou substituição daqueles aparelhos; c) o transporte do acidentado, quando necessário; d) e o auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do segurado (Lei de Benefícios da Previdência Social, artigos 89 e 91).

Apesar de não ser expressamente prevista em lei, a concessão de *salário-maternidade* à aposentada que retornar à atividade é garantida pelo artigo 103 do Regulamento da Previdência Social – Decreto nº 3.048/1999. Por isso, também pode ser enumerada como um *benefício previdenciário* pago ao aposentado que retorna à ativa. Ele é mantido por um período de 120 (cento e vinte) dias, com início na data do parto ou até 28 (vinte e oito) dias antes da data prevista para isso (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 71). O valor do benefício corresponde à remuneração integral da segurada empregada ou trabalhadora avulsa (LBPS, artigo 72, *caput*), ao valor referente ao último salário de contribuição da empregada doméstica (LBPS, artigo 73, I), a 1/12 (um doze avos) do valor sobre o qual incidiu a última contribuição anual da segurada especial (LBPS, artigo 73, II), ou a 1/12 (um doze avos) da soma dos últimos 12 (doze) salários de contribuição – apurados em período não superior a 15 (quinze) meses – no caso da segurada contribuinte individual (LBPS, artigo 73, III). Também têm direito ao salário-maternidade *os adotantes e as adotantes*, cujo benefício é mantido por 120 (cento e vinte) dias, independentemente da idade do adotado, por força das alterações promovidas na Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS) pela Lei nº 12.873/2013.

Assim, a opção legislativa exclui de qualquer benefício previdenciário grande parte dos aposentados que retornam à ativa, pois o salário-família é devido somente aos trabalhadores de baixa renda e a reabilitação profissional não é um benefício, mas um serviço previdenciário. O salário-maternidade, por sua vez, apesar de potencialmente favorecer todo aposentado ativo, não atinge um universo significativo de beneficiários, pois, em geral, os jubilados não têm planos para uma nova experiência parental.

A escassez de benefícios aos aposentados ativos, entretanto, nem sempre foi característica do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Em sua redação original, a Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS) previa o pagamento de **pecúlio** ao aposentado por idade ou por tempo de serviço – espécie de aposentadoria que não mais existe – que retornasse a exercer atividade de filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social (LBPS, artigo 81, II, revogado pela Lei nº 8.870/1994).

O benefício consistia em um pagamento único, promovido pela previdência social quando o aposentado se afastasse da nova atividade. Seu valor correspondia às contribuições vertidas pelo aposentado nesse ínterim, sendo a quantia corrigida pela variação básica das cadernetas de poupança com vencimento no dia primeiro (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 82, alterado pela Lei nº 8.870/1994).

Se o aposentado retomasse outra atividade, depois de receber o pecúlio, teria direito a nova prestação, que somente seria paga após 36 (trinta e seis) meses da nova filiação (LBPS, artigo 84, revogado pela Lei nº 8.870/1994).

Vale esclarecer que as contribuições restituídas ao segurado na forma de pecúlio compreendiam apenas aquelas correspondentes à obrigação tributária do próprio segurado, não integrando o benefício as parcelas recolhidas pelo empregador, a título de contribuição social da empresa sobre a folha de salários<sup>108</sup>.

Com o advento da Lei nº 8.870/1994, o pecúlio foi extinto. Simultaneamente, também se extinguiu a imposição de contribuições sociais ao aposentado ativo. As alterações promovidas por essa lei foram questionadas na ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade – nº 1.049, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, que fundamentava seu pedido na proteção ao direito adquirido (Constituição Federal, artigo 5º, XXXVI), no estímulo ao trabalho formal e na vedação à redução do valor dos benefícios (Constituição Federal, artigo 194, IV).

A Presidência da República e a Presidência do Senado Federal prestaram informações ao Supremo Tribunal Federal (STF), através das quais pretendiam demonstrar a constitucionalidade da mencionada lei. Para tanto, argumentaram que os pecúlios previamente

---

<sup>108</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. p. 398.

constituídos não seriam suprimidos, conservando-se o direito dos filiados em receber os respectivos valores, quando do afastamento definitivo de suas atividades. A alteração legislativa simplesmente extinguiu a formação de novos pecúlios.

O Tribunal Pleno do STF indeferiu a ADI, reconhecendo a inexistência de ofensa aos dispositivos constitucionais suscitados pela parte autora. Em seu voto, o Ministro Carlos Velloso, que atuou como relator, frisou que não houve violação ao direito adquirido, porque a lei resguardou o recebimento dos pecúlios previamente constituídos, e tampouco à vedação à redução do valor dos benefícios, posto que a lei não reduziu, mas simplesmente extinguiu o pecúlio<sup>109</sup>.

Antes mesmo da decisão final do STF na ADI nº 1.049, foram retomadas as contribuições sociais do aposentado ativo, por força da Lei nº 9.032/1995, mas, desta vez, sem a constituição de pecúlio. Isso significa, portanto, que somente a partir desta última lei o aposentado ativo tornou-se efetivamente um contribuinte obrigatório da previdência social, justamente porque, durante a vigência do pecúlio, todas as suas contribuições eram restituídas.

O **abono de permanência em serviço** é outro benefício previdenciário extinto pela Lei nº 8.870/1994 e que também guarda alguma relação com o tema da desaposentação. Era pago ao segurado que houvesse cumprido os requisitos da também extinta aposentadoria por tempo de serviço, mas preferisse continuar trabalhando, sem requerer a aposentação. Dependia da comprovação de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, para os homens, e de 30 (trinta), para as mulheres. A renda mensal do benefício correspondia a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da aposentadoria à qual o segurado teria direito (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 87, caput, revogado pela Lei nº 8.870/1994). O abono era devido a partir do requerimento do beneficiário, e não desde a data de implementação dos requisitos da aposentadoria. Seu valor não era reajustado em função de alterações no salário de contribuição do segurado, mas de acordo com as mesmas regras aplicáveis aos demais benefícios (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 87, parágrafo único, revogado pela Lei nº 8.870/1994). Segundo MARTINS, esse benefício era popularmente conhecido como “pé na cova”<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> STF. Tribunal Pleno. ADI nº 1049-DF. Rel.: Min. Carlos Velloso. Julg.: 18/05/1995. DJ: 25/08/1995.

<sup>110</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. p. 328.

A extinção do abono de permanência em serviço também foi questionada na ADI nº 1.049, com fundamento na proteção ao direito adquirido (Constituição Federal, artigo 5º, XXXVI). Contudo, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a alegação de inconstitucionalidade, pois a alteração legislativa não suprimiu o pagamento do benefício àqueles segurados que, na data de início da vigência da Lei nº 8.870/1994, já haviam implementado os requisitos necessários à concessão<sup>111</sup>.

Ao contrário do pecúlio, o abono de permanência em serviço não beneficiava o aposentado que retornava à ativa, mas o segurado que decidia postergar sua aposentação. Uma vez aposentado, o benefício era cessado<sup>112</sup>. Ao confrontarmos ambos com a desaposentação, é possível vislumbrar no pecúlio uma vantagem pecuniária decorrente de contribuições vertidas pelo segurado após a aposentação, que é exatamente o que se pretende com o instituto em estudo no presente trabalho. Por outro lado, há quem enxergue na desaposentação a reativação do abono de permanência em serviço<sup>113</sup>, por se considerar que a primeira aposentadoria, quando renunciada, torna-se um benefício previdenciário análogo àquele, na medida em que é uma prestação pecuniária paga ao segurado que já possuía os requisitos necessários à aposentação, mantida até o exercício do direito de se aposentar – que ocorre com a concessão da segunda aposentadoria.

O **direito comparado** revela que inúmeros países concedem vantagens aos seus aposentados, em virtude das novas contribuições. Isso, entretanto, não significa que eles recebam uma nova prestação, em substituição à primeira. Pelo contrário, as legislações alienígenas preveem o reajustamento do valor dos benefícios em decorrência do novo tempo de contribuição dos aposentados. Dessa maneira, fulmina-se qualquer cogitação da desaposentação, pois o aposentado não tem interesse em se desfazer de seu benefício, que é periodicamente reajustado por conta das novas contribuições – e não apenas para combater a defasagem inflacionária. Em razão disso, não há registros de que a desaposentação tenha sido objeto de debates entre as comunidades jurídicas alienígenas<sup>114</sup>, o que a torna um instituto genuinamente brasileiro.

---

<sup>111</sup> STF. Tribunal Pleno. ADI nº 1049-DF. Rel.: Min. Carlos Velloso. Julg.: 18/05/1995. DJ: 25/08/1995.

<sup>112</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. p. 328.

<sup>113</sup> Nesse sentido, a decisão proferida pelo Juiz Federal Sidiny Garcia Filho, da 5ª Vara Federal de Juiz de Fora-MG, em 17/01/2014, nos autos nº 4887-51.2013.4.01.3801.

<sup>114</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 87.

Sobre o tema, IBRAHIM realizou interessante estudo, apontando características marcantes dos regimes previdenciários estrangeiros. Em Portugal, por exemplo, assim como ocorre no Brasil, a legislação permite o acúmulo de rendimentos do trabalho e da aposentadoria, mas a renda mensal do aposentado ativo é aumentada todo dia 1º de janeiro, em função dos salários recebidos no ano anterior<sup>115</sup>.

O Canadá também permite o trabalho do aposentado, que é contribuinte obrigatório em razão da nova atividade, mas tais contribuições são utilizadas em recálculo periódico do benefício, exceto se esse já houver atingido o valor máximo previsto nas regras canadenses<sup>116</sup>. Nos EUA, o retorno do aposentado às atividades laborais implica em redução da mensalidade do benefício enquanto persistir o acúmulo de rendimentos. Entretanto, as contribuições vertidas ao sistema por ocasião do retorno à atividade são automaticamente computadas para recálculo do benefício quando o segurado afastar-se, definitivamente, da atividade laboral<sup>117</sup>. Regras similares às estadunidenses são encontradas na legislação espanhola<sup>118</sup>.

No Chile, segundo IBRAHIM, em função do sistema privado de previdência, que opera em regime de capitalização individual, torna-se sobremaneira evidente o direito à contagem do novo período contributivo, pois o segurado pode permanecer recolhendo ao fundo de capitalização pelo tempo que desejar<sup>119</sup>.

Diante das peculiaridades do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no Brasil, os segurados obtêm praticamente nenhuma vantagem decorrente das contribuições vertidas depois da aposentação. Embora se possa valer do princípio da solidariedade para justificar a incidência de tais contribuições, é praticamente impossível convencer os aposentados de que os novos aportes financeiros por eles realizados em favor do RGPS não lhes trazem qualquer benefício. Aliás, esse sentimento de frustração é também fomentado pelos benefícios que um dia existiram no RGPS, como o pecúlio e o abono de permanência em serviço. Ainda que juridicamente extintos, inclusive com a chancela do Supremo Tribunal Federal, deixaram marcas na cultura dos segurados filiados ao sistema, que hoje se sentem desamparados e até mesmo injustiçados pela previdência social. A esse respeito, MARTINS brinda seus leitores com uma marcante passagem:

---

<sup>115</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 88.

<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> *Idem*. p. 88-89.

<sup>118</sup> *Idem*. p. 89.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

O sistema atual é **injusto** para o segurado, pois, se o aposentado volta a exercer atividade remunerada e sujeita a salário-de-contribuição, terá de recolher a contribuição previdenciária. Entretanto ela não mais será devolvida ao segurado sob a forma de pecúlio. Para o segurado, o recolhimento da contribuição previdenciária não lhe traz nenhuma vantagem, nem melhora o valor de sua aposentadoria<sup>120</sup> (grifou-se).

Portanto, as contribuições pagas pelo aposentado que retorna à ativa, desprovidas de qualquer impacto positivo em favor deste, também fomentam o interesse no instituto da desaposentação.

---

<sup>120</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. p. 398.

### 3. FUNDAMENTOS

Neste ponto, o leitor já deve conhecer *o que é* a desaposentação e *por que* ela é importante no direito previdenciário brasileiro. A partir de agora, o propósito do estudo é desvendar os argumentos doutrinários e jurisprudenciais da desaposentação.

#### 3.1. A ausência de vedação legal

Doutrina e jurisprudência valem-se da ausência de vedação legal como argumento central para fundamentar a desaposentação. Reiteradamente, enaltecem a liberdade de ação do indivíduo, que não pode ser impedido de fazer algo, senão em virtude de lei.

A esse respeito, LADENTHIN e MASOTTI asseveram que “*não há qualquer impedimento constitucional ou legal que impeça o segurado de renunciar à sua aposentadoria para obter nova aposentadoria, mais vantajosa*”<sup>121</sup>. É relevante perceber a afirmação das juristas de que a desaposentação é isenta de qualquer empecilho legal, *ou constitucional*.

Por seu turno, IBRAHIM adverte que o Princípio da Legalidade opera de maneira distinta em relação à Administração Pública e aos particulares: “*muito embora à Administração Pública somente seja possível fazer o que a lei autoriza, ao administrado, tudo é possível, desde que não vedado pela lei*”<sup>122</sup>. Trata o autor, portanto, de diferenciar a legalidade *ampla* a que se submete o poder público, da legalidade *estrita* a que se submetem os cidadãos. A partir desta premissa, IBRAHIM arremata que “*a vedação no sentido da impossibilidade da desaposentação é que deveria constar de lei. A sua autorização é presumida, desde que não sejam violados outros preceitos legais ou constitucionais*”<sup>123</sup>.

Sobre o Princípio da Legalidade, estampado no artigo 5º da Constituição Federal, SILVA leciona que o texto constitucional “*prevê a liberdade de fazer, a liberdade de atuar ou a liberdade de agir, como princípio. Vale dizer, o princípio é o de que todos têm a liberdade de fazer e de não fazer o que bem entender, salvo quando a lei determine em contrário*”<sup>124</sup>. É isso que o autor entende ser a cláusula geral da *liberdade de ação*.

<sup>121</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 92.

<sup>122</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 68.

<sup>123</sup> *Idem.* p. 69.

<sup>124</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. p. 235.



Nesse contexto, IBRAHIM afirma que “*não se pode alegar ausência de previsão legal para o exercício das prerrogativas inerentes à liberdade da pessoa humana, pois cabe a esta, desde que perfeitamente capaz, julgar a condição mais adequada para sua vida, de ativo ou inativo, aposentado ou não aposentado*”<sup>125</sup>. Dessa forma, para reforçar a liberdade de ação do indivíduo, IBRAHIM chega a propor a possibilidade de se admitir a renúncia pura e simples da aposentadoria, o que, conforme anteriormente discutido, esbarra na indisponibilidade dos benefícios previdenciários.

O argumento da legalidade enseja a análise do artigo 18, § 2º, da Lei de Benefícios da Previdência Social, cuja redação é a seguinte:

O aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social-RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.

Segundo MARTINEZ, esse dispositivo tem o propósito de disciplinar a situação do aposentado ativo, após a extinção do pecúlio<sup>126</sup>, impedindo a acumulação de benefícios. E a desaposentação não implica na manutenção simultânea de dois benefícios, motivo pelo qual não é prejudicada por essa vedação, na visão do autor.

Ainda sobre esse dispositivo, LADENTHIN e MASOTTI asseveram que

[...] o artigo é expresso em se referir **ao aposentado** que volta a exercer atividade pelo RGPS. Ora, quando o segurado renuncia à aposentadoria para obter outra mais vantajosa, o ato administrativo de concessão é desfeito. Assim, ele deixa de ser aposentado e, quando isso ocorre, o artigo em comento não mais lhe é cabível, pois o sujeito para o qual se destina o artigo deixou de existir quando se desaposentou. Passou da condição de aposentado para a situação de desaposentado.<sup>127</sup>

O que as juristas pretendem enfatizar é que a desaposentação materializa-se com a renúncia ao primeiro benefício, de tal maneira que o segurado, ao receber a nova aposentadoria, não é passível da vedação expressa no artigo acima transcrito, uma vez que está, temporariamente, *desaposentado*. Em que pese o louvável esforço argumentativo das autoras, já se demonstrou, no presente texto, que a concessão de um novo benefício,

<sup>125</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 71.

<sup>126</sup> MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Op. cit.* p. 43.

<sup>127</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 109.

necessariamente melhor, é requisito da desaposentação, como consequência do caráter protetivo do Direito Previdenciário (item 1.3). Logo, o desamparo previdenciário é condição absolutamente *instantânea*, e inexoravelmente vinculada à *imediata* concessão de novo benefício, de modo que o argumento proposto por LADENTHIN e MASOTTI ampara-se em uma situação *virtual*.

Apesar de no âmbito legislativo não haver vedação expressa à desaposentação, o Regulamento da Previdência Social, em seu artigo 181-B, dispõe o seguinte:

As aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial concedidas pela previdência social, na forma deste Regulamento, são **irreversíveis e irrenunciáveis**. (grifou-se)

Segundo IBRAHIM, o dispositivo veicula conteúdo flagrantemente *praeter legem*, pois carece de amparo legal<sup>128</sup>. Dessa maneira, a norma regulamentar é inconstitucional, porque, no Direito brasileiro, segundo a sempre segura lição de BANDEIRA DE MELLO, ao Executivo compete expedir decretos e regulamentos para *a fiel execução da lei* (Constituição Federal, artigo 84, IV), como um desdobramento do *princípio da legalidade*, a que se submete a Administração Pública. Por isso, os decretos devem ser meramente “executivos”<sup>129</sup>.

### 3.2. A analogia com a reversão

Diante do *aparente* vazio normativo no trato da matéria, parte da doutrina defende a aplicação da disciplina legal da *reversão* à desaposentação, através da *analogia*.

BOBBIO ensina que, num sistema jurídico que veda a abstenção judicial em face de um caso que é levado à apreciação do Judiciário, a *completude* do ordenamento jurídico é mais do que uma simples exigência: é uma *necessidade*<sup>130</sup>. Essa conclusão permanece válida desde que o juiz seja obrigado a decidir com fundamento numa norma pertencente ao sistema<sup>131</sup>.

Uma das teorias construídas para explicar a completude do ordenamento jurídico, é a *norma geral exclusiva*. Segundo seu postulado, diante de uma omissão legislativa – uma

<sup>128</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 37.

<sup>129</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. p. 349.

<sup>130</sup> BOBBIO, Norberto. *Teoria geral do direito*. p. 261.

<sup>131</sup> *Idem*. p. 262.

*lacuna* – o caso não regulado é resolvido de modo *oposto* àquele regulado<sup>132</sup>. Em contraposição a essa teoria, é possível solucionar as aparentes lacunas pela *norma geral inclusiva*. Para essa segunda teoria, a solução do caso não regulado é *idêntica* àquela do caso regulado, desde que ambos sejam *semelhantes*<sup>133</sup>.

Ao adotar a *norma geral inclusiva*, o intérprete aplica um método de integração do ordenamento jurídico denominado *analogia*, afinal, como leciona BOBBIO, “*entende-se por ‘analogia’ aquele procedimento pelo qual se atribui a um caso não-regulado a mesma disciplina de um caso regulado de maneira semelhante*”<sup>134</sup>. A *analogia*, portanto, é uma das modalidades de *autointegração*, através da qual o intérprete busca a solução do caso não regulado no *mesmo* ordenamento jurídico.

Entretanto, para que casos semelhantes sejam regulados da mesma maneira, é necessário que sua semelhança seja *relevante*. Isso significa que a *razão suficiente* pela qual o legislador atribuiu determinadas consequências ao caso regulado seja *idêntica* àquela do caso não regulado. Noutras palavras, é necessária uma identidade na *ratio legis* aplicável a ambos<sup>135</sup>.

Ora, para que à desaposentação seja aplicada a regulação legislativa da reversão, é imprescindível que se demonstre a perfeita simetria das respectivas *razões suficientes*. Entretanto, como foi demonstrado no item 1.2, a *reversão* tem como propósito a reinserção do servidor aposentado no cargo anteriormente ocupado. Trata-se, portanto, de uma modalidade de *provimento derivado* de cargos públicos<sup>136</sup>.

Efetivamente, ao reinserir o servidor no cargo anteriormente ocupado, a reversão admite a *renúncia* à aposentadoria até então recebida. Todavia, não tem o condão de conceder imediatamente novo benefício, para inclusão de período de trabalho posterior à primeira aposentação. Ao contrário, pela disciplina do artigo 25, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, somente é contado para concessão de nova aposentadoria o tempo de trabalho posterior à reversão, além daquele anterior à primeira aposentação, mesmo porque a Constituição Federal (CF) veda a

<sup>132</sup> BOBBIO, Norberto. *Op. cit.* p. 278.

<sup>133</sup> *Ibidem*.

<sup>134</sup> *Idem*. p. 291.

<sup>135</sup> *Idem*. p. 293.

<sup>136</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Op. cit.* p. 602-603.

percepção simultânea de remuneração proveniente do exercício de cargo público com os proventos de inatividade do servidor (artigo 37, XVI e § 10º).

Dessa forma, o argumento da analogia com a reversão sofre uma significativa fragilização, pois a *ratio legis* de sua disciplina legislativa não é idêntica à da desaposentação. A esse respeito, SERAU JÚNIOR lembra que a reversão voluntária do servidor público (artigo 25, II, da Lei nº 8.112/1990) depende do *interesse da Administração*, o que não se repete no caso da desaposentação<sup>137</sup>. Além disso, o autor reforça a distinta finalidade dos dois institutos:

Assim como no RGPS a desaposentação não é uma tentativa de ‘retorno ao trabalho’, mas, mais exatamente, o retorno ao trabalho ou nova sequência contributiva, a partir do que se pretende a concessão de novo benefício de aposentadoria, de maior valor; o instituto da reversão, no Direito Público, tem a finalidade radicalmente diversa, cujo cerne é o retorno ao cargo público<sup>138</sup>.

Pelo que se depreende da lição proposta pelo jurista, a desaposentação *requer* o prévio retorno ao trabalho, ao passo em que a reversão *visa* ao retorno.

Assim mesmo, a doutrina ainda admite o argumento da analogia com a reversão, especialmente para *afastar a necessidade de restituição dos valores recebidos na primeira aposentadoria*. IBRAHIM, por exemplo, defende que se a lei permite a reversão independentemente da devolução dos proventos até então recebidos, por *analogia*, a renúncia que se opera na desaposentação tampouco deve implicar na restituição das parcelas já recebidas<sup>139</sup>.

### 3.3. Os direitos sociais do trabalhador

Outro argumento em favor da desaposentação é o direito social do trabalho. A tutela constitucional do trabalhador, segundo SILVA, manifesta-se em duas linhas fundamentais: o *direito individual* ao trabalho, consubstanciado no livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, e o *direito social* do trabalho, que engloba os aspectos relacionados à promoção

<sup>137</sup> SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. *Op. cit.* p. 109.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

<sup>139</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 66.

das condições sociais dos trabalhadores, e opera como pressuposto de efetividade da *dignidade da pessoa humana*<sup>140</sup>.

Nessa linha, POZZOLI e ANTICO afirmam categoricamente que “*a identidade social do ser humano somente será assegurada se o seu labor for digno*”<sup>141</sup>. A Constituição Federal confere ao trabalho um papel de extrema importância social, elevando-o à condição de *princípio* delineador das ordens econômica e social<sup>142</sup>. Dessa forma, o constituinte atribui à sociedade e ao próprio Estado um dever de promoção do direito social ao trabalho<sup>143</sup>.

Não há dúvida que o direito social do trabalho é um “*feixe integrado de conteúdos e de posições jurídicas*”<sup>144</sup>, e, nesse feixe, certamente a *proteção às contingências sociais* está compreendida. Afinal, ao se referir à *aposentadoria* como direito do trabalhador (Constituição Federal, artigo 7º, XXIV), o constituinte pretende assegurar sua verdadeira “*integração à previdência social*”<sup>145</sup>. A propósito, a filiação do trabalhador à previdência social é *automática*, decorrente do simples exercício da atividade profissional<sup>146</sup>.

Sendo o trabalho um dos fundamentos da ordem social, a falta de regulação legislativa sobre o tema da desaposentação pode ser suprida com a aplicação analógica do *direito social ao trabalho*. É o que BOBBIO classifica de *analogia iuris*, método de integração do ordenamento jurídico através do qual o intérprete soluciona determinado caso, não regulado expressamente pelo legislador, a partir da aplicação sistêmica de todo o ordenamento ou de uma parte dele, o que pode ser realizado por meio dos *princípios gerais do direito*<sup>147</sup>.

IBRAHIM defende que a inexistência de contraprestação às novas contribuições do segurado aposentado é “*um desestímulo insuperável ao trabalho*”, porque implica no exercício laboral destituído de qualquer cobertura previdenciária<sup>148</sup>. Por isso, os direitos sociais do trabalhador são vistos pelo autor como fundamentos da desaposentação.

<sup>140</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. p. 290.

<sup>141</sup> POZZOLI, Lafayette; ANTICO, Andrea. A função promocional do direito ao trabalho digno sob a ótica dos direitos humanos. In: *Tutela dos direitos humanos e fundamentais: ensaios a partir das linhas de pesquisa Construção do Saber Jurídico e Função Política do Direito*. p. 10.

<sup>142</sup> *Idem*. p. 15.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

<sup>144</sup> WANDELLI, Leonardo Vieira. *O direito humano e fundamental ao trabalho: fundamentação e exigibilidade*. p. 238.

<sup>145</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. p. 289.

<sup>146</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo. *Op. cit.* p. 98.

<sup>147</sup> BOBBIO, Norberto. *Op. cit.* p. 294.

<sup>148</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desapensação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 76.

Entretanto, por sua natureza jurídica de *princípio*, a *aplicação* do direito social do trabalho revela algumas nuances. Em primeiro lugar, por serem *vagos e indeterminados*, a *concretização* dos princípios depende da interpretação produzida pelo operador do direito, seja ele juiz ou legislador<sup>149</sup>. Em segundo lugar, a multiplicidade de princípios no ordenamento jurídico promove uma série de *colisões* entre eles<sup>150</sup>. Assim, a aplicação do direito social do trabalho deve ser realizada num contexto de *ponderação* com outros princípios aplicáveis ao caso, a fim de que o intérprete possa decidir qual deles *prevalece* diante das peculiaridades envolvidas no tema da desaposentação<sup>151</sup>.

### 3.4. A moralidade administrativa

BOBBIO lembra que as *sanções* das normas morais são *puramente interiores*, como a angústia, o desconforto ou o arrependimento. Já as normas jurídicas veiculam sanções *externas e institucionalizadas*, o que as torna mais *eficazes*<sup>152</sup>.

Quando se discute a moralidade das normas jurídicas, vem à tona a questão da *justiça* promovida pelo Direito. Para BOBBIO, uma norma será tão mais *justa* quanto maior for sua conformidade aos *valores* que inspiram determinado ordenamento jurídico, ainda que não seja possível determiná-los de maneira *absoluta*, mas que sejam determináveis particularmente a cada época *histórica*<sup>153</sup>.

Classicamente, portanto, a averiguação da moralidade das normas é matéria essencialmente *metajurídica*, que usualmente escapa à valoração promovida no contexto do Direito. Nesse sentido, ao *princípio da moralidade administrativa* (Constituição Federal, artigo 37, *caput*) não é atribuído significado amplo, ao menos por parte da doutrina. Diversos são os autores que o compreendem como mero reforço da *legalidade*, a exemplo de BANDEIRA DE MELLO:

Quanto a nós, também entendendo que não é qualquer ofensa à moral social que se considerará idônea para dizer-se ofensiva ao princípio jurídico da moralidade administrativa, entendemos que este será havido como transgredido quando houver violação a uma norma de moral social que **traga consigo menosprezo a um bem**

<sup>149</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. p. 1160.

<sup>150</sup> ALEXY, Robert. *Teoria de los derechos fundamentales*. p. 87-98.

<sup>151</sup> DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. p. 14-45.

<sup>152</sup> BOBBIO, Norberto. *Op. cit.* p. 134-142.

<sup>153</sup> *Idem*. p. 25-26.

**juridicamente valorado.** Significa, portanto, um **reforço ao princípio da legalidade**, dando-lhe um âmbito mais compreensivo do que normalmente teria.<sup>154</sup> (grifou-se)

Por outro lado, ecoa na doutrina posição que dispensa à *moralidade administrativa* um papel de relevância mais expressiva. DI PIETRO, por exemplo, defende categoricamente que não se deve simplesmente reduzi-la à *legalidade*<sup>155</sup>. Ao contrário, mesmo as ofensas à *moral comum* representam violações à moralidade administrativa. Nesse sentido, inclusive salientando que à moralidade sujeitam-se *tanto administradores quanto administrados*, a autora afirma que:

[...] sempre que em matéria administrativa se verificar que o comportamento da Administração ou do administrado que com ela se relaciona juridicamente, embora em consonância com a lei, ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e de equidade, a ideia comum de honestidade, estará havendo ofensa ao princípio da moralidade administrativa.<sup>156</sup>

Valendo-se da perspectiva mais ampla da moralidade administrativa, IBRAHIM vislumbra nesse princípio um dos fundamentos da desaposentação, ao afirmar que:

[...] acredito que a própria moralidade **justifique** a desaposentação, **em especial em seu viés administrativo**, pois não (sic) carece de sentido a Administração Pública manter a condição de aposentado do segurado ou servidor contra a sua vontade. Da mesma forma, a **exigência de contribuição do aposentado que volta à atividade**, mas **sem praticamente nenhuma contraprestação**, ainda que seja explicada pelo sistema de custeio (repartição simples), também causa **estranheza ao senso comum popular**.<sup>157</sup> (grifou-se)

Assim, o autor percebe uma ofensa à moralidade no indeferimento da desaposentação, porque a Administração cerceia a *liberdade* do aposentado de optar pela renúncia a seu benefício. Da mesma forma, IBRAHIM ressalta um sentimento de *injustiça* promovido pela ausência de contraprestação às contribuições realizadas pelo segurado após a jubilação.

Vê-se, com isso, que a invocação da moralidade tem um nítido papel de *reforço argumentativo*, pois a questão da *liberdade* pode ser agasalhada pelo princípio da *legalidade*, ao passo em que a inexistência de benefícios decorrentes das novas contribuições pode revelar uma ofensa ao *princípio da contrapartida*, como será discutido no item 3.5.

<sup>154</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Op. cit.* p. 123.

<sup>155</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Op. cit.* p. 77-80.

<sup>156</sup> *Idem.* p. 79.

<sup>157</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 80.

Por outro lado, é possível vislumbrar na própria desaposentação uma *ofensa à moralidade*, ao se constatar nela uma tentativa de subversão das *regras atuariais* do regime previdenciário. Afinal, a desaposentação produz uma *vantagem* ao segurado que decide aposentar-se com pouca idade, em detrimento daquele que aguarda mais tempo, para obter um melhor cálculo da renda mensal do benefício. Dessa maneira, a desaposentação representa uma violação do dever de lealdade do segurado – que assume o papel de administrado – configurando-se a possível ofensa à moralidade administrativa.

### 3.5. O princípio da contrapartida

Na medida em que a desaposentação assume uma função *retributiva*, ao promover a revisão do benefício, diversos doutrinadores utilizam a chamada *regra da contrapartida* como um de seus fundamentos. Segundo HORVATH JÚNIOR,

A regra da contrapartida funciona como garantia do sistema, **evitando criação de novas contribuições sem o consequente aumento do nível de proteção social**, bem como evita que por motivos paternalistas, eleitoreiros, sejam criados benefícios sem suporte técnico-financeiro capazes de gerar desequilíbrio na equação financeira-atuarial do sistema<sup>158</sup> (grifou-se)

Como visto, o autor percebe na regra da contrapartida uma perspectiva dupla: ao tempo em que veda a criação ou majoração de benefícios ou serviços previdenciários sem a correspondente fonte de custeio, também impede a imposição de novas contribuições sem o respectivo aumento da proteção social. Contudo, essa segunda consequência da regra da contrapartida não é evidente no texto constitucional, que assim dispõe: “*nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total*” (Constituição Federal, artigo 195, § 5º).

De qualquer forma, assumindo a validade da segunda consequência da regra da contrapartida, LADENTHIN e MASOTTI<sup>159</sup>, SERAU JÚNIOR<sup>160</sup> e IBRAHIM vislumbram nela a necessidade de que as contribuições vertidas pelo aposentado repercutam em seu benefício, sendo que este último assim leciona:

<sup>158</sup> HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Op. cit.* p. 74.

<sup>159</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 99.

<sup>160</sup> SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. *Op. cit.* p. 37.



A contributividade dos sistemas previdenciários, regra fundamental do sistema, ao mesmo tempo em que gera um ônus financeiro aos segurados, **também produz um bônus**, materializado na possibilidade de aplicar tais recursos em hipóteses diversas, nem todas mapeadas pela legislação previdenciária.<sup>161</sup> (grifou-se)

Ainda que seja denominada *regra*, a contrapartida é tratada por parte da doutrina como *princípio*, especialmente em sua segunda consequência. LADENTHIN e MASOTTI seguem essa linha<sup>162</sup>. Por sua vez, HORVATH JÚNIOR explica que a contrapartida deveria ser abordada como um *princípio*, sustentando sua posição da seguinte maneira: “*pela função da regra da contrapartida ela deveria ter sido incluída no texto constitucional como princípio. Esta regra conquanto prevista expressamente nem sempre é observada, enumerando-se historicamente algumas burlas*”<sup>163</sup>.

A correlação entre custeio e prestações, no âmbito da seguridade social, deve, realmente, ser reconhecida como um dos *princípios* que regem a matéria. Apesar de aplicável ao caso da desaposentação, o princípio da contrapartida cede espaço para outras normas, que se demonstram mais robustas para a solução do problema.

### 3.6. O equilíbrio atuarial

A Constituição Federal (CF) exige que a previdência social seja estruturada de maneira a preservar seu equilíbrio financeiro e atuarial (artigo 201, *caput*). Trata-se de *princípio* incluído no texto constitucional pela Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998.

*Equilíbrio financeiro*, segundo DAL BIANCO, representa a equivalência entre arrecadação e despesa, num determinado momento, o que pode se traduzir na existência de recursos em caixa para fazer frente ao pagamento dos benefícios atualmente em manutenção<sup>164</sup>. *Equilíbrio atuarial*, por seu turno, corresponde à criação de regras destinadas a preservar uma solidez de longo prazo, considerando contingências futuras e variáveis atuariais, que, no caso previdenciário, incluem índices demográficos, econômicos, financeiros e probabilísticos<sup>165</sup>.

<sup>161</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 60.

<sup>162</sup> LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Op. cit.* p. 77.

<sup>163</sup> *Idem.* p. 73.

<sup>164</sup> DAL BIANCO, Dânae. *Op. cit.* p. 61.

<sup>165</sup> *Idem.* p. 62.

O *fator previdenciário* foi criado justamente para preservar o equilíbrio atuarial da previdência social, pois introduz critérios atuariais relevantes no cálculo das prestações, como expectativa de sobrevida e tempo de contribuição do segurado<sup>166</sup> (item 2.2).

Dessa maneira, ao realizar o cálculo da renda mensal do benefício, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) leva em consideração o desembolso que *provavelmente* será processado em favor do segurado, ao longo do prazo *estimado* de manutenção das prestações, em *contrapartida* ao tempo durante o qual o segurado contribuiu à previdência social. Essa relação é a matriz do fator previdenciário.

Através da desaposentação, o segurado beneficia-se de um segundo cálculo para aferição da renda mensal de seu benefício. Ao se processar o novo cálculo, a fórmula do fator previdenciário é exatamente a mesma que foi aplicada na concessão do primeiro benefício. A diferença é provocada exclusivamente pela variação dos parâmetros inseridos no cálculo. Entretanto, a fórmula atuarial do fator previdenciário ignora o tempo durante o qual o segurado esteve percebendo a primeira aposentadoria. Após a jubilação, o aposentado que se manteve ativo certamente permaneceu contribuindo à Previdência Social, mas também esteve auferindo as prestações de seu benefício. Ao se calcular a renda da segunda aposentadoria (promovida pela desaposentação), o resultado, para esse segurado, é rigorosamente igual ao apurado para outro, que se aposenta pela primeira vez e tem a mesma idade, o mesmo tempo de contribuição e a mesma média de salários de contribuição.

Ora, se os critérios atuariais são os mesmos e se ambos contribuíram igualmente ao sistema, como pode o segurado beneficiado pela desaposentação receber uma contraprestação maior? Afinal, o valor correspondente às prestações do primeiro benefício foi somente por ele recebido. Isso ocorre porque o método de cálculo promovido pelo fator previdenciário não considera a percepção da primeira aposentadoria, o que gera um desequilíbrio entre o desembolso que a previdência social *espera* realizar e as contribuições efetuadas pelo segurado. Por isso, há clara violação do *equilíbrio atuarial*, através da operação promovida pela desaposentação. A partir desse raciocínio, justifica-se a linha doutrinária que defende a vinculação da desaposentação à restituição dos valores recebidos na primeira aposentadoria. A assimetria entre as prestações recebidas por cada segurado também configura violação ao **princípio da isonomia**.

---

<sup>166</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p. 109.

Em sentido contrário, há juristas que negam ofensa ao equilíbrio atuarial, pois argumentam que as novas contribuições do aposentado representam um aporte *inesperado* aos cofres da previdência social, o que julgam suficiente para conservar a higidez atuarial do sistema. Nesse sentido, importante registrar a lição de IBRAHIM, que representa muito bem essa segunda perspectiva:

Do ponto de vista atuarial, a desaposentação é plenamente justificável, pois se o segurado já goza de benefício, jubilado dentro das regras vigentes, atuarialmente definidas, presume-se que neste momento o sistema previdenciário somente fará desembolsos frente a este beneficiário, sem o recebimento de qualquer cotização, esta já feita durante o período passado. Todavia, caso o beneficiário continue a trabalhar e contribuir, esta nova cotização gerará excedente atuarialmente imprevisto, que certamente poderia ser utilizado para a obtenção de novo benefício, abrindo-se mão do anterior de modo a utilizar-se do tempo de contribuição passado<sup>167</sup>.

É claro que as novas contribuições são absolutamente prescindíveis em relação ao primeiro benefício do segurado. Assim sendo, a ausência de *contrapartida* a estas novas contribuições realmente gera um excedente atuarial, pois não corresponde a qualquer desembolso por parte da previdência social. É justamente isso que a desaposentação combate.

Todavia, a simples concessão de novo benefício efetivamente rompe o equilíbrio atuarial, exatamente porque a nova renda mensal é calculada sem o dimensionamento das prestações recebidas na primeira aposentadoria. Por isso, dentro do contexto desejado pelo equilíbrio atuarial, a desaposentação é insuficiente para *quantificar* o acréscimo que deveria ser promovido na renda do aposentado, em função das novas contribuições.

O ideal é que a previdência social seja provida de um mecanismo de cálculo apto a beneficiar o aposentado em função das novas contribuições. Deve haver uma fórmula legalmente prevista para quantificar o impacto das novas contribuições na renda do beneficiário, a exemplo do que ocorre no direito comparado (item 2.4).

Isso não significa, contudo, que a inexistência de um parâmetro legal para apurar a repercussão das novas contribuições na renda da aposentadoria, e a consequente inviabilidade atuarial da desaposentação, seja impeditiva ao pleito formulado pelos aposentados. Afinal, o equilíbrio atuarial é apenas *um dos princípios* que incidem sobre a desaposentação, o que

---

<sup>167</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 59.

significa que sua aplicação está condicionada a uma *ponderação* com outras normas jurídicas atinentes ao caso. A depender do resultado dessa operação normativa, é possível que a desaposentação se revele juridicamente válida, inclusive sem a necessidade de restituição dos valores recebidos no primeiro benefício.

### 3.7. O ato jurídico perfeito

A Constituição Federal preserva situações jurídicas que se constituem sob a égide de determinada lei, em relação a alterações legislativas supervenientes. Faz isso ao enumerar como *garantias fundamentais* do indivíduo o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (Constituição Federal, artigo 5º, XXXVI), com o seguinte texto: “**a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada**” (grifou-se).

No Brasil, consagra-se a *tripartição formal* do direito adquirido. Por isso, fala-se em *direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada*<sup>168</sup>. Em qualquer caso, a ideia que permeia esta garantia do indivíduo é sempre a de *segurança jurídica*<sup>169</sup>.

Quanto à definição específica de ato jurídico perfeito, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), expressa o seguinte: “*reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou*” (artigo 6º, § 1º).

A noção de ato jurídico perfeito traz consigo, portanto, uma ideia de *imutabilidade*. Afinal, atos jurídicos consumados sob a égide de uma determinada lei não podem ser afetados pela legislação superveniente, por força deste princípio constitucional. Assim sendo, a aplicação desta garantia, no caso da desaposentação, assume um papel *restritivo*, calcada na perspectiva de *estabilidade* arraigada nesta norma. Segundo esse raciocínio, o ato de concessão da aposentadoria é *imutável*, e, por isso, a desaposentação se tornaria impossível.

O argumento, contudo, é inadequado. O aposentado pode ter interesse em renunciar a seu benefício mesmo que as regras de cálculo das prestações não tenham sofrido alterações. Portanto, não se trata de uma análise calcada no direito intertemporal; não se trata de preservar um ato jurídico diante de uma alteração na lei. Em verdade, a *imutabilidade* do ato, nesse caso, pode ser embasada num princípio mais abrangente, que veicula uma ideia mais

---

<sup>168</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Op. cit.* p. 555-556.

<sup>169</sup> *Idem.* p. 552.

vaga – mas não por isso irrelevante: a própria *segurança jurídica*. MENDES, COELHO e BRANCO lembram que nem todas as demandas relativas a situações jurídicas constituídas são resolvidas pelo direito adquirido – incluindo-se o ato jurídico perfeito como uma de suas manifestações formais. Nesses casos, poderá ser conclamado o *princípio da segurança jurídica*<sup>170</sup>, de maneira genérica. É o que tem ocorrido nos casos em que se reconhece a impossibilidade de a Administração revogar seus atos depois de determinado prazo<sup>171</sup>.

Como se vê, tanto o direito adquirido quanto a segurança jurídica têm por finalidade a *proteção do indivíduo*. Sendo *garantia constitucional*, o direito adquirido, em todas as suas manifestações, tem o escopo de proteger *o cidadão* em face do Estado – e não o oposto. Por isso, IBRAHIM argumenta que

[...] as garantias constitucionais, entre elas a inviolabilidade do ato jurídico perfeito, têm como destinatários os indivíduos que delas possam usufruir em seu proveito, sendo distorção flagrante da norma constitucional qualquer tentativa de utilizá-las em sentido contrário aos interesses daqueles que são objeto de sua proteção<sup>172</sup>.

Nessa linha, MARTINEZ também enfatiza que

[...] o ato jurídico perfeito **é uma proteção do cidadão e não do órgão gestor**. (...) Compondo o patrimônio jurídico do indivíduo, uma segurança sua, o ato jurídico perfeito não pode ser arguido, contra ele, petrificando condição engessadora de um direito maior, que é o de legitimamente melhorar de vida. Por ser produto dessa proteção constitucional, a Administração Pública não poderá *ex officio* desfazer a aposentação. Porém, o indivíduo que teve e tem o poder de requerer deve ter o direito de desfazer o pedido<sup>173</sup>. (grifou-se)

Dessa forma, supera-se a utilização do ato jurídico perfeito como contra-argumento à desaposentação. Contudo, tampouco se pode dizer que este princípio seja um dos fundamentos da desaposentação, porque de seu conteúdo não se extrai o direito do segurado à obtenção de melhor benefício.

### 3.8. Fundamentos jurisprudenciais

O posicionamento atualmente prevalente na jurisprudência brasileira reconhece o direito à desaposentação, independentemente da restituição das parcelas recebidas no primeiro

<sup>170</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Op. cit* p. 583.

<sup>171</sup> *Idem*. p. 584.

<sup>172</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. p. 59.

<sup>173</sup> MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Op. cit*. p. 162.

benefício. Esse foi o entendimento pronunciado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar o Recurso Especial nº 1.334.488 – SC<sup>174</sup>, com efeitos de recurso repetitivo (artigo 543-C, do Código de Processo Civil).

A corte assumiu como fundamento a *disponibilidade* dos benefícios previdenciários, decorrente de sua natureza *patrimonial*. A argumentação tecida pelo relator, Ministro Herman Benjamin, valeu-se de reiterados acórdãos do próprio STJ, que pronunciam a disponibilidade dos benefícios previdenciários para afastar a legitimidade do Ministério Público nas ações previdenciárias em geral<sup>175</sup>.

O fundamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) colide com o que é defendido neste trabalho. Já se demonstrou que as prestações previdenciárias, inclusive benefícios, são direitos subjetivos *indisponíveis* do segurado<sup>176</sup>. Talvez se possa cogitar a renúncia aos efeitos *econômicos* das prestações, mas jamais aos efeitos *jurídicos*, assumindo a distinção proposta por MARTINS<sup>177</sup>. Essa valorização dos direitos previdenciários visa resguardar o próprio segurado, que deve ser protegido pela previdência social diante de uma situação de vulnerabilidade, real ou presumida.

Não obstante, ao declarar a renunciabilidade das aposentadorias, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) resolve a vedação veiculada pelo artigo 18, § 2º, da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), pois o postulante à desaposentação deixa de ser aposentado, antes de ser beneficiado com a concessão da segunda aposentadoria.

Com a devida vênia, o posicionamento da corte simplifica sobremaneira a desaposentação, pois não a enfrenta em seu aspecto central, que é exatamente o de promover um *reajustamento* no valor da prestação. Em vez disso, o STJ concentra-se em justificar o procedimento através do qual a desaposentação se opera: renúncia para subsequente concessão de novo benefício. Ao fazer isso, o Tribunal deixa de demonstrar o fundamento sobre o qual se apoia o direito ao reajustamento produzido pela desaposentação.

---

<sup>174</sup> STJ. 1ª Seção. REsp nº 1.334.488-SC. Rel.: Min. Herman Benjamin. DJ: 08/05/2013. DJe: 14/05/2013.

<sup>175</sup> Nesse sentido, o AgRg no REsp nº 1.030.065-PI e o AgRg no Ag nº 1.132.889-SP, citados pelo próprio relator.

<sup>176</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Op. cit.* p. 111.

<sup>177</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. p. 69.

O entendimento do STJ, contudo, não é unânime nas cortes nacionais. A Turma Nacional de Uniformização (TNU), por exemplo, tem manifestado reiteradamente que admite a desaposentação, desde que o segurado *restitua* os valores recebidos no primeiro benefício<sup>178</sup>. O Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região também registrava seu posicionamento no mesmo sentido da TNU, sob o argumento de que a não devolução das parcelas do primeiro benefício implica em ofensa ao artigo 18, § 2º, da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS), que proíbe a concessão de nova aposentadoria ao segurado que já é aposentado. Ao apreciar a apelação cível 2007.83.00.001054-1, o Desembargador Federal Manuel Maia de Vasconcelos Neto afirmou, em seu voto, o seguinte:

Embora haja jurisprudência no sentido de que é possível a renúncia da aposentadoria, em razão de ser direito disponível, a renúncia somente é possível se houver a devolução de todos os valores percebidos, sob pena de burla ao disposto no § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213/91 (...)<sup>179</sup>

Entretanto, diante da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no recurso repetitivo, o TRF da 5ª Região modificou seu posicionamento, e passou a seguir a linha adotada pela corte superior, admitindo a desaposentação *incondicionada* à restituição das prestações. Dessa forma, o Regional reviu sua decisão na própria apelação cível nº 2007.83.00.001054-1, com fundamento no artigo 543-C, § 7º, II, do Código de Processo Civil<sup>180</sup>.

Importa registrar que o relator do Recurso Especial nº 1.334.488-SC, no STJ, Ministro Herman Benjamin, alinha-se à posição que *condiciona* a desaposentação à restituição das parcelas do primeiro benefício, embora tenha se rendido ao entendimento dominante daquela corte. O Ministro fez questão de manifestar sua opinião a respeito do tema no voto, cujos pontos mais significativos são os seguintes: a) a vedação do artigo 18, § 2º, da LBPS exige que a concessão da segunda aposentadoria seja precedida da renúncia da primeira, o que implica na necessidade de desfazimento *completo* do ato, somente obtido com a restituição das prestações; b) a devolução dos valores é imprescindível ao retorno das partes (segurado e

---

<sup>178</sup> Nesse sentido, por exemplo, o seguinte julgamento: TNU. PEDILEF nº 5036350.79-2012.404.7000. Rel.: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio. DJ: 08/03/2013. DOU: 22/03/2013.

<sup>179</sup> TRF 5. 2ª Turma. AC nº 2007.83.00.001054-1. Rel.: Des. Federal Manuel Maia de Vasconcelos Neto. DJ: 02/03/2010. DJe: 25/03/2010.

<sup>180</sup> TRF 5. 2ª Turma. AC nº 2007.83.00.001054-1. Rel.: Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima. DJ: 06/08/2013. DJe: 23/08/2013.

previdência social) ao *estado inicial*, o que é pressuposto do *equilíbrio atuarial* do sistema; c) a ausência de desfazimento completo do primeiro benefício implica em majoração da aposentadoria recebida pelo segurado, sem previsão legal e, portanto, em nítida violação ao princípio da *precedência da fonte de custeio* (princípio da contrapartida); d) a desaposentação poderia ser pleiteada sucessivas vezes, o que geraria enorme *insegurança jurídica*<sup>181</sup>.

Terceira linha jurisprudencial defende a *impossibilidade* da desaposentação, com fundamento na extinção do abono de permanência em serviço, na ausência de similitude com a reversão e também no artigo 18, § 2º, da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS). Esse entendimento foi manifestado, por exemplo, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pela Desembargadora Federal Marianina Galante<sup>182</sup>. O voto mostrou-se sensível à consequência financeira da desaposentação, que é exatamente a promoção de reajuste no valor da aposentadoria, em decorrência das novas contribuições. Assim, abordou-se um aspecto ignorado pelo Superior Tribunal de Justiça, mas extremamente importante na análise da desaposentação.

Curvando-se ao posicionamento do STJ, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região alinhou-se à corrente que admite a desaposentação incondicionadamente, como revela o acórdão proferido recentemente nos embargos infringentes nº 0007763-09.2009.4.03.6114<sup>183</sup>.

A despeito de o reconhecimento da desaposentação ser majoritário nos tribunais brasileiros, ainda é possível encontrar decisões contrárias entre os juízes singulares, como na 5ª Vara Federal de Juiz de Fora, onde o Juiz Federal Sidiny Garcia Filho proferiu recente decisão rejeitando o pedido do aposentado<sup>184</sup>. Como fundamentos, o magistrado apontou os princípios constitucionais da solidariedade e universalidade do custeio e a ausência de previsão legal para o pedido, em face da extinção do abono de permanência em serviço.

---

<sup>181</sup> STJ. 1ª Seção. REsp nº 1.334.488-SC. Rel.: Min. Herman Benjamin. DJ: 08/05/2013. DJe: 14/05/2013.

<sup>182</sup> TRF 3. 8ª Turma. AC nº 2008.03.99.047788-2-SP. Rel.: Desembargadora Federal Marianina Galante. DJ: 07/06/2010. DJe: 27/07/2010.

<sup>183</sup> TRF 3. 3ª Seção. EI nº 2009.61.14.007763-0-SP. Rel.: Desembargador Federal Nelson Bernardes. DJ: 26/06/2014. DJe: 14/07/2014.

<sup>184</sup> Decisão proferida nos autos nº 4887-51.2013.4.01.3801, em 17/01/2014.



#### 4. ANÁLISE CRÍTICA

Os argumentos apresentados revelam que a linha argumentativa prevalente gravita em torno da validação da possibilidade de renúncia às aposentadorias. Quando trazem à baila temas como a *legalidade*, a *reversão*, a *moralidade* e o *ato jurídico perfeito*, juízes e doutrinadores transmitem sua preocupação em justificar a desaposentação unicamente a partir da faculdade do titular em renunciar ao primeiro benefício, sendo a concessão da nova aposentadoria mero desdobramento da condição de desaposentado assumida pelo segurado. Todavia, são argumentos insuficientes para demonstrar a juridicidade do principal efeito produzido pela desaposentação: o reajustamento do valor das prestações.

Efetivamente, apesar de se manifestar através da renúncia ao primeiro benefício, a desaposentação resulta no reajustamento da aposentadoria percebida pelo segurado, que em nenhum momento deixa de ser *aposentado*, senão como mera ficção jurídica. Valendo-se da distinção proposta por IBRAHIM, entre aposentadoria e aposentação, o que a desaposentação promove é a desconstituição da primeira *aposentação*, que será substituída por outra, mais benéfica ao segurado, sem prejuízo de sua condição jurídica, de ser *aposentado*. Por isso, refuta-se a validade de desaposentações que não resultem na imediata concessão de benefício mais vantajoso, pois isso ofende o caráter protetivo da previdência social.

Analisando os demais argumentos apresentados, percebe-se que os sustentáculos jurídicos da desaposentação carecem da robustez necessária para validá-la. É duvidosa, por exemplo, a interpretação que estende ao *princípio da contrapartida* um duplo efeito, que compreenderia o dever estatal de prestar ao segurado alguma retribuição por toda e qualquer contribuição vertida à seguridade social. Dentro do feixe de posições jurídicas protegidas pelo *direito fundamental ao trabalho*, o direito à aposentadoria (Constituição Federal, artigo 7º, XXIV) parece ser atendido pelo fato de o postulante da desaposentação já ser titular de um benefício previdenciário. Estender a amplitude deste direito, a ponto de extrair-lhe um dever estatal referente ao *quantum* da prestação previdenciária, é incabível. Não se pode olvidar, ainda, que a desaposentação rompe o *equilíbrio atuarial* do sistema previdenciário, infringindo o princípio veiculado pelo artigo 201, *caput*, da Constituição Federal.

Também é importante destacar que o texto constitucional possui outros dois dispositivos bastante relevantes para o tema. O parágrafo 4º do artigo 201 estabelece que “*é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o*

valor real, *conforme critérios definidos em lei*”, enquanto o parágrafo 11, do mesmo artigo, estipula que “os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, *nos casos e na forma da lei*” (grifou-se). Dessa maneira, conclui-se que tais dispositivos devem ser classificados como normas constitucionais de *eficácia limitada*, seguindo o critério proposto por SILVA<sup>185</sup>, na medida em que dependem de atuação do legislador ordinário para concretização de seus resultados no mundo jurídico.

Ora, se a desaposentação existe para promover o aumento no valor das prestações, em função de contribuições posteriores à jubilação, deve ser vislumbrada à luz desses dispositivos. E, apesar de a *lei* não fazer vedação expressa à renúncia das aposentadorias, prevê textualmente que nenhuma prestação será devida ao aposentado que retornar à ativa, exceto o salário-família e a reabilitação profissional, quando empregado (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS, artigo 18, § 2º), do que se extrai que o legislador não incluiu os ganhos posteriores à jubilação entre os casos que repercutem nos benefícios previdenciários. E a lei ainda elege o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como fator de reajustamento das prestações pagas pela previdência social, conforme disciplina do artigo 41-A da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS). Por isso, a desaposentação promove um reajustamento imprevisto pelo legislador, o que ofende a norma constitucional que delega ao Poder Legislativo a escolha pelo método de reajustamento de tais prestações.

Por promover um benefício em favor dos segurados, a desaposentação deve ser compreendida, também, como uma ferramenta de concretização do *direito fundamental à previdência social* (Constituição Federal, artigo 6º), particularmente voltada aos aposentados que reassumem a condição de trabalhadores. Todavia, HACHEM adverte que os direitos fundamentais são verdadeiros *feixes de pretensões jurídicas jusfundamentais*, as quais somente constituem um direito subjetivo, judicialmente reivindicável, se o ordenamento jurídico lhes houver conferido contornos minimamente precisos, seja pela via constitucional, legislativa ou administrativa<sup>186</sup>. E não há tal nível de concretude no caso da desaposentação.

A desaposentação corresponde à suposta pretensão jusfundamental de majoração dos benefícios previdenciários, em favor dos aposentados que retornam à ativa depois de sua

<sup>185</sup> SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. p. 254.

<sup>186</sup> HACHEM, Daniel Wunder. *Tutela administrativa efetiva dos direitos fundamentais sociais: por uma implementação espontânea, integral e igualitária*. f. 35.

jubilção. Ela é, portanto, mecanismo de concessão de um benefício decorrente dos novos aportes realizados por esses segurados ao sistema, o que, contudo, *não está suficientemente delineado no ordenamento jurídico brasileiro*. Por isso, ela não corresponde a um direito subjetivo dos aposentados.

Ademais, é importante lembrar que os direitos sociais prestacionais, como a previdência social, são usualmente tratados pelo constituinte como *normas programáticas*, o que implica reconhecer, ao menos, sua eficácia *jurídico-objetiva*<sup>187</sup>, que irradia efeitos sobre o legislador ordinário e demais órgãos da Administração Pública. Porém, no caso da desaposentação, é árdua até mesmo a tarefa de extrair do texto constitucional algum grau de eficácia jurídico-objetiva capaz de torná-la mandatória ao Poder Legislativo, diante da inexistência de um dispositivo que proteja, com um nível mínimo de concretude, a repercussão das contribuições do segurado aposentado em seu benefício.

É oportuno relembrar que o ordenamento jurídico brasileiro já previu uma contraprestação previdenciária decorrente das novas contribuições vertidas pelos aposentados: o *pecúlio*. Todavia, esse benefício foi extinto pela Lei nº 8.870/1994 e sua extinção convalidada pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.049. Hoje, inexistente previsão normativa para que as contribuições dos aposentados repercutam em benefícios. Os novos aportes são justificados pelo **princípio da solidariedade**, que conclama toda a sociedade a financiar a seguridade social. Pelo mesmo fundamento, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que as contribuições do aposentado independem de contraprestação por parte da previdência social, conforme decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 437.640 (vide item 2.4).

Nesse contexto, a demanda social pela valorização dos benefícios pagos pela previdência social, em meio à qual se insere a desaposentação, necessita de um reconhecimento legislativo. As trincheiras que devem presenciar a batalha pela desaposentação estão no Congresso Nacional. Cabe aos representantes do povo conduzir ao Estado as demandas sociais, através da criação de novas leis, dentre as quais uma que regule a repercussão que as novas contribuições dos aposentados terão em seus benefícios. É o exemplo que o Brasil recebe do direito comparado, e provavelmente a única solução adequada para estabelecer um critério atuarialmente seguro para solucionar a questão.

---

<sup>187</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. p. 292.

## CONCLUSÃO

A partir do estudo conduzido neste trabalho, é possível afirmar que para o desenvolvimento do instituto da desaposentação contribuiu significativamente a insatisfação dos aposentados com o valor de seus benefícios. As regras que quantificam as prestações previdenciárias, no Brasil, são incapazes de promover a substituição da renda dos segurados. Os critérios de reajustamento aplicados aos benefícios também produzem insatisfação. Esse cenário estimula os aposentados, normalmente ainda dotados do vigor necessário ao exercício de suas atividades, a retornarem ao mercado de trabalho. A partir desse retorno, vertem novas contribuições à previdência social, das quais pretendem obter algum benefício. Geralmente, os aposentados associam sua pretensão a benefícios extintos, como o pecúlio e o abono de permanência em serviço, cuja pretérita existência formou a crença na necessidade de contraprestação, que existe entre os aposentados.

A desaposentação surge exatamente como uma alternativa para satisfazer os interesses dos aposentados que voltam a contribuir para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O instituto é concebido como uma renúncia à aposentadoria, condicionada à concessão de novo benefício, mais vantajoso ao segurado. O propósito da desaposentação é justamente promover um reajustamento nos proventos do aposentado, além daquele anualmente aplicado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que se limita a repor as perdas inflacionárias, conforme critérios definidos em lei.

Diante dessa definição, a desaposentação deve ser compreendida como um ato jurídico composto por dois fatos: a renúncia ao primeiro benefício e a concessão de outro, necessariamente melhor. Não há espaço para se falar em renúncia pura e simples da aposentadoria, sob o risco de se infringir o caráter protetivo da seguridade social.

A fundamentação da desaposentação precisa contemplar tanto o meio através do qual ela se materializa, a renúncia, quanto o resultado que ela produz, o reajustamento do benefício. Para a primeira tarefa, a doutrina pesquisada neste estudo sugere quatro argumentos: a inexistência de vedação legal, a não incidência do ato jurídico perfeito, a analogia com a reversão e a moralidade administrativa.

Sobre a inexistência de vedação legal, a argumentação doutrinária é pertinente, na medida em que o regulamento da previdência social, ao vedar a renúncia das aposentadorias,

não encontra respaldo na lei que pretende regulamentar. O ato jurídico perfeito, por sua vez, efetivamente não é óbice para a renunciabilidade das aposentadorias, afinal trata-se de garantia constitucional voltada à proteção dos cidadãos contra alterações legislativas, que é matéria do direito intertemporal. Contudo, a desaposentação independe de alterações normativas acerca das regras aplicáveis aos benefícios previdenciários, motivo pelo qual o argumento não assume posição decisiva na análise deste tema.

A analogia com a reversão, por sua vez, demonstra-se um argumento frágil, justamente porque as razões que levaram o legislador a regulamentá-la não correspondem exatamente ao que se espera no caso da desaposentação. Enquanto a reversão visa ao retorno do servidor aposentado à ativa, como um meio de provimento derivado de cargos públicos, a desaposentação visa ao reajustamento da prestação recebida pelo segurado, que se vale da renúncia ao primeiro benefício como simples meio de obtenção desse resultado. A reversão permite ao servidor voltar a trabalhar, ao passo em que a desaposentação permite ao segurado obter um benefício melhor, a partir de contribuições já vertidas ao regime previdenciário. Sem similitude na *ratio legis*, a analogia é inviável.

A moralidade administrativa, por seu turno, é empregada pela doutrina como mero reforço ao argumento da ausência de vedação legal, sob o fundamento de que a Administração não deve impedir o aposentado de optar por renunciar ao seu benefício. Além de redundante para o escopo de validar a desaposentação, a moralidade administrativa pode representar, inclusive, um contra-argumento, na medida em que a aplicação do instituto permite cogitar certa artimanha do segurado, que decidiu não esperar para obter benefício mais vantajoso, mas mesmo assim pretende colher benefícios idênticos aos de um segurado que esperou mais tempo para requerer sua aposentadoria.

Os tribunais brasileiros concentram seus esforços argumentativos na justificação da juridicidade da renúncia, seguindo os fundamentos da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial nº 1.348.301/SC. Defendem a renunciabilidade com base na natureza patrimonial dos benefícios previdenciários. Contraditoriamente, os juízes singulares invariavelmente exigem que o segurado postulante à desaposentação demonstre que faz jus a benefício mais vantajoso, o que deveria ser dispensável, uma vez que, para o STJ, os benefícios previdenciários são renunciáveis. Ao contrário, a exigência dos magistrados revela que a inexistência do efeito revisional provocado pela desaposentação inviabiliza a renúncia, o que leva à conclusão de que a renúncia aos benefícios previdenciários

é condicionada ao aumento da proteção previdenciária destinada ao segurado. Mesmo assim, este efeito foi ignorado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao fundamentar sua decisão no Recurso Especial acima referido.

Apesar de a fundamentação do efeito revisional da desaposentação ter sido preterida pelo Superior Tribunal de Justiça, a doutrina pesquisada neste estudo aponta três argumentos para validar o reajustamento promovido pela desaposentação: o princípio da contrapartida, a não violação do equilíbrio atuarial e os direitos sociais do trabalhador.

O primeiro argumento é questionável, uma vez que sua própria existência está sujeita à dúvida. A redação do dispositivo constitucional donde se extrai a suposta necessidade de que as contribuições sociais repercutam em benefícios, artigo 195, § 5º, não é clara a esse respeito. Em vez disso, ela é voltada a impedir a criação de novos benefícios, no âmbito da seguridade social, sem a existência da respectiva fonte de custeio, com o nítido propósito de proteger o equilíbrio financeiro da seguridade social. Ademais, o princípio da solidariedade, que conclama toda a sociedade a contribuir para o financiamento da seguridade social, leva o intérprete à conclusão oposta daquela realizada pela doutrina que defende a existência da necessária contraprestação às contribuições dos segurados.

Com relação à não violação do equilíbrio atuarial, as teses dos doutrinadores favoráveis à desaposentação padecem de imprecisões. Quando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) calcula a renda mensal da segunda aposentadoria, os valores pagos durante a manutenção da primeira não são considerados pelos parâmetros de cálculo. Por isso, mesmo que o segurado efetivamente realize novas contribuições, o desembolso realizado pela previdência social em seu favor não repercute na renda aferida para o segundo benefício, que é definida como se o segurado jamais houvesse sido aposentado. Dessa maneira, além de violar o equilíbrio atuarial, a desaposentação também fere a isonomia, pois permite que, diante de dois segurados que contribuíram na mesma medida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), um deles receba mais do que o outro.

Quando trata dos direitos sociais do trabalhador, a Constituição Federal enumera expressamente o direito à aposentadoria (artigo 7º, XXIV). A partir disso, defensores da desaposentação argumentam que é condição necessária ao exercício da atividade laboral a cobertura previdenciária. De fato, a conclusão é correta, mas insuficiente para determinar a necessidade de que as novas contribuições repercutam no benefício, ou possibilitem um

reajustamento das prestações. Os postulantes à desaposestação, afinal, já são aposentados, logo o Estado não está negando a esses trabalhadores o direito à aposentadoria. Pretender retirar do dispositivo constitucional que assegura o direito à aposentadoria um efeito com relação ao valor do benefício implica na extrapolação de sua eficácia normativa.

Diante dessas considerações, conclui-se que a desaposestação não encontra fundamentação jurídica suficientemente desenvolvida. A repercussão das novas contribuições nos benefícios precisa ser mensurada pelo legislador, e tal consequência não é sequer mandatória. A Constituição Federal não tem um dispositivo que assegure o reajustamento provocado pelas novas contribuições. Ao contrário, o princípio da solidariedade justifica a imposição de contribuições sobre os aposentados que voltam a trabalhar, mesmo que dessas contribuições não obtenham benefício. Essa conclusão já foi pronunciada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 437.640/RS. Por isso, a desaposestação é uma solução inconstitucional para os segurados que desejam promover a valorização de seus benefícios.

O ideal é que a sociedade manifeste seu descontentamento com as regras do Regime Geral da Previdência Social, levando suas demandas ao Estado, através de seus representantes no Congresso Nacional. O direito comparado é exemplo que pode ser seguido pelos parlamentares, na busca por um critério atuarialmente seguro para garantir e quantificar a repercussão das novas contribuições sobre os benefícios em manutenção, e, dessa forma, atender ao pleito dos aposentados que voltam a contribuir para a previdência social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. *Teoria de los derechos fundamentales*. Trad. Ernesto Garzón Valdés. 1. reimp. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 30. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Teoria geral do direito civil*. 4. ed. Brasília: Imprensa Nacional, 1972.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral do direito*. Trad. Denise Agostinetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. *Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de julho de 1991.

\_\_\_\_\_. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. *Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de julho de 1991.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. 11. ed. rev. e atual. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Despesa: mais que um neologismo, uma realidade. *Revista de previdência social*. São Paulo: LTr, n. 347, p. 909-913, out. 2009.

DAL BIANCO, Dânae. *Princípios constitucionais da previdência social*. São Paulo: LTr, 2011.



DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*, v. 1. 29. ed. 2. tir. São Paulo: Saraiva, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. 16. reimp. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

FREDERICO, Isabela de Paula Leite Pacheco. *A desaposentação no direito brasileiro*. 1. ed. Holambra: Editora Setembro, 2009.

HACHEM, Daniel Wunder. *Tutela administrativa efetiva dos direitos fundamentais sociais: por uma implementação espontânea, integral e igualitária*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2014.

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 21. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Direito previdenciário*. 4. ed., atual. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de direito previdenciário*. 3. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. 5. ed., rev. e atual. Niterói: Impetus, 2011.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; MASOTTI, Viviane. *Desaposentação: teoria e prática*. 1. ed., 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. *Manual de direito previdenciário*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Malheiros, 2012.

MARCELO, Fernando Vieira. *Desaposentação: manual teórico e prático para o encorajamento em enfrentar a matéria*. 2. ed. Leme: J. H. Mizuno, 2013.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Desaposentação*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. *Direito do trabalho*. 28. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

POZZOLI, Lafayette; ANTICO, Andrea. A função promocional do direito ao trabalho digno sob a ótica dos direitos humanos. In: AGOSTINHO, Luis Otávio Vicenzi de; HERRERA, Luiz Henrique Martim (Org.). *Tutela dos direitos humanos e fundamentais: ensaios a partir das linhas de pesquisa Construção do Saber Jurídico e Função Política do Direito*. 1. ed. Birigui: Boreal, 2011.

ROCHA, Daniel Machado da. *O direito fundamental à previdência social: na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

\_\_\_\_\_; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. *Comentários à lei de benefícios da previdência social*. 3. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SANCHEZ, Adilson. *Advocacia previdenciária*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. *Desaposentação: novas perspectivas teóricas e práticas*. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

\_\_\_\_\_. *Curso de direito constitucional positivo*. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.

SOUZA, Hamilton Dias de. Contribuições especiais. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). *Curso de direito tributário*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 739-784.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Curso de direito do trabalho*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Curso de direito previdenciário*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, José Roberto. *Medidas provisórias tributárias e segurança jurídica: a insólita opção estatal pelo 'viver perigosamente'*. In: BARRETO, Aires F. et al. *Segurança jurídica na tributação e estado de direito*. São Paulo: Noeses, 2005.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. Trad. Cláudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VOLPI, Morgana Zamignan. *Regime de repartição simples e regime de capitalização*. Disponível em <http://ip.adv.br/artigo-detalle.php?id=5>. Consulta em 02/11/2014.

WANDELLI, Leonardo Vieira. *O direito humano e fundamental ao trabalho: fundamentação e exigibilidade*. São Paulo: LTr, 2012.

ANEXO I

FATOR PREVIDENCIÁRIO

FATOR PREVIDENCIÁRIO 2014 (TABELA IBGE 2012)

	IDADE DA APOSENTADORIA											
	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54
T	15	0,193	0,198	0,205	0,212	0,220	0,227	0,235	0,243	0,251	0,261	0,271
E	16	0,206	0,213	0,219	0,227	0,235	0,242	0,251	0,260	0,269	0,279	0,289
M	17	0,220	0,227	0,234	0,242	0,250	0,258	0,267	0,276	0,286	0,297	0,308
P	18	0,233	0,241	0,248	0,256	0,265	0,274	0,284	0,293	0,303	0,315	0,327
O	19	0,246	0,254	0,262	0,271	0,281	0,290	0,300	0,310	0,321	0,333	0,345
D	20	0,260	0,268	0,277	0,286	0,296	0,305	0,317	0,327	0,338	0,350	0,364
E	21	0,273	0,282	0,291	0,301	0,311	0,321	0,333	0,344	0,356	0,370	0,383
C	22	0,287	0,296	0,305	0,316	0,327	0,337	0,350	0,361	0,374	0,388	0,402
O	23	0,301	0,311	0,320	0,331	0,342	0,353	0,366	0,379	0,392	0,407	0,421
N	24	0,314	0,325	0,335	0,346	0,358	0,370	0,383	0,396	0,409	0,425	0,441
T	25	0,328	0,339	0,349	0,361	0,374	0,386	0,400	0,413	0,427	0,444	0,460
R	26	0,342	0,353	0,364	0,376	0,389	0,402	0,416	0,430	0,445	0,462	0,479
I	27	0,356	0,368	0,379	0,392	0,405	0,418	0,433	0,448	0,463	0,481	0,498
B	28	0,370	0,382	0,394	0,407	0,421	0,435	0,450	0,465	0,481	0,500	0,518
U	29	0,384	0,396	0,408	0,422	0,437	0,451	0,467	0,483	0,499	0,519	0,537
I	30	0,398	0,411	0,423	0,438	0,453	0,467	0,484	0,501	0,518	0,538	0,557
Ç	31	0,412	0,425	0,438	0,453	0,469	0,484	0,501	0,518	0,536	0,557	0,577
Å	32	0,426	0,440	0,453	0,469	0,485	0,501	0,519	0,536	0,554	0,573	0,595
O	33	0,440	0,455	0,468	0,484	0,501	0,517	0,536	0,554	0,573	0,595	0,616
	34	0,455	0,469	0,484	0,500	0,517	0,534	0,553	0,572	0,591	0,614	0,636
	35	0,469	0,484	0,499	0,516	0,534	0,551	0,571	0,590	0,610	0,633	0,656
	36	0,499	0,514	0,532	0,550	0,568	0,588	0,608	0,628	0,653	0,676	0,701
	37	0,529	0,547	0,566	0,584	0,606	0,626	0,647	0,672	0,696	0,722	0,749
	38	0,563	0,583	0,601	0,623	0,644	0,666	0,689	0,716	0,743	0,771	0,800
	39	0,599	0,618	0,636	0,658	0,680	0,704	0,731	0,757	0,785	0,814	0,845
	40	0,636	0,656	0,676	0,699	0,723	0,750	0,777	0,806	0,836	0,868	0,903
	41	0,676	0,699	0,723	0,750	0,777	0,806	0,836	0,868	0,903	0,935	0,974
	42	0,717	0,742	0,770	0,798	0,827	0,858	0,891	0,926	0,960	1,000	1,043
	43	0,761	0,790	0,818	0,848	0,880	0,914	0,950	0,984	1,026	1,070	1,112
	44	0,810	0,839	0,869	0,902	0,937	0,974	1,009	1,051	1,097	1,140	1,182
	45	0,859	0,891	0,924	0,960	0,998	1,034	1,077	1,123	1,168	1,221	1,272
	46	0,912	0,947	0,983	1,022	1,059	1,103	1,150	1,196	1,251	1,303	1,359
	47	0,969	1,006	1,046	1,084	1,129	1,178	1,224	1,280	1,334	1,391	1,451
	48	1,029	1,070	1,109	1,155	1,205	1,252	1,309	1,364	1,423	1,487	1,556
	49	1,094	1,134	1,181	1,232	1,281	1,339	1,395	1,456	1,521	1,591	1,667
	50	1,159	1,208	1,259	1,309	1,369	1,426	1,488	1,554	1,626	1,704	1,789
	51	1,234	1,287	1,338	1,399	1,457	1,520	1,588	1,662	1,741	1,828	1,922
	52	1,314	1,366	1,429	1,488	1,553	1,622	1,697	1,778	1,867	1,963	2,055
	53	1,395	1,459	1,520	1,586	1,653	1,733	1,816	1,906	2,004	2,098	
	54	1,489	1,551	1,618	1,690	1,768	1,853	1,945	2,046	2,141		
	55	1,583	1,651	1,724	1,804	1,894	2,007	2,104				

Elaboração: SPPS MPFS.

Tabela exemplificativa, calculada para idades e tempos de contribuição exatos

Os valores foram arredondados para 4 casas decimais

## ANEXO II

## SIMULAÇÃO DE CÁLCULO DA RMI

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 10/03/2014 08:54:39  
CONRMI - Simulacao de Calculo de Renda Mensal Inicial

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

Nome: Simulacao Data de nascimento: 01011972 Sexo : F

Especie: 42 DIB: 01012014

DAT: 01012014	Tempo de Servico na DIB/DAT	300000	(AAMMDD)
	Tempo de Pedagiao		(AAMMDD)
DDA:	Tempo de Servico na DDA		(AAMMDD)
DPL:29/11/1999	Tempo de Servico na DPL		(AAMMDD)
DPE:16/12/1998	Tempo de Servico na DPE		(AAMMDD)

Considera revisao IRSM94(S/N)? N

- Obs: 1) Utilizar o campo DDA para a data em que foi adquirido o direito a aposentadoria integral  
2) Preencher os campos de tempo de servico na DDA/DPL/DPE apenas para os casos de direitos adquiridos nestas datas

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 10/03/2014 09:02:22  
CONRMI - Simulacao de Calculo de Renda Mensal Inicial

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

Nome: Simulacao DIB : 01/01/2014

Especie: 42 Sexo : FEMININO Dt. Nascimento: 01/01/1972

Selecionar

PBC NA DAT -	01/01/2014	Tempo de contribuicao :	300000
RMI =	1.806,69	RM em 02/2014 :	1.806,69
PBC NA DDA -		Tempo de contribuicao :	
RMI =		RM em	:
PBC NA DPL -		Tempo de contribuicao :	
RMI =		RM em	:
PBC NA DPE -		Tempo de contribuicao :	
RMI =		RM em	:

Opcoes: Apresentar Detalhes do Calculo  
Apresentar Reajustes da RMI  
Retornar Salarios Informados  
Encerrar Simulacao e Iniciar Nova  
Imprimir a Simulacao

Para Imprimir a Simulacao informe: Impressora

Instalacao

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 10/03/2014 09:02:32  
 CONRMI - Simulacao de Calculo de Renda Mensal Inicial Pagina: 01

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim  
 PBC NA DAT - 01/12/2013 Tempo de Contribuicao : 12.775

Nome : Simulacao

Sexo : FEMININO

Especie: 42 DIB : 01/01/2014

Idade: 42 anos  
 15.341 dias

Soma Sal. Corrigido:	743.513,91	Qt. Contrib	: 187
Media Salarios ....:	3.976,01	Coefic. Teto	: 0,0000
Sal. Beneficio ....:	1.806,69	Coeficiente	: 1,000
Aibase .....	0,00	Coef. Pensao	: 0,00
R.M.I. ....:	1.806,69	Renda Mensal em 02/2014	: 1.806,69

Qtde. meses da lei : 170	Expectativa de Sobrevida:	36,5000
Aliquota ..... : 0,3100	Fator Previdenciario:	0,4544
Tempo Contrib.Adicionado: 1.825 em dias	5 em anos	Pedagio: A M D

CONTINUA

Informe "DT" para retornar ao resumo da simulacao

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

## ANEXO III

## SIMULAÇÃO DE REAJUSTAMENTO DA RENDA MENSAL

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 10/03/2014 08:46:04  
 CONREAJ - Simula Reajuste de Beneficios Pag. 01

Nome: Simulacao Especie: 42 LT:  
 Data Inicial: 01/01/2000 Valor: 1.000,00 DIB Anterior: 01/01/2000  
 Valor Reajustado p/ 01/2014: 2.635,64

-----REAJUSTES APLICADOS-----						OBSERVACAO
DATA	VALOR	ANTERIOR	INDICE	VALOR CORRIGIDO		
06/2000	1.000,00	x	1,023800	1.023,80		
06/2001	1.023,80	x	1,076600	1.102,22		
06/2002	1.102,22	x	1,092000	1.203,62		
06/2003	1.203,62	x	1,197100	1.440,85		
05/2004	1.440,85	x	1,045300	1.506,12		
05/2005	1.506,12	x	1,063550	1.601,83		
04/2006	1.601,83	x	1,050000	1.681,92		
08/2006	1.681,92	x	1,000096	1.682,08		

Imprimir(S/N) N Impressora Host DTPRJCV3 Proxima Pagina 02  
 Digite 99 p/ sair

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 10/03/2014 08:46:04  
 CONREAJ - Simula Reajuste de Beneficios Pag. 02

Nome: Simulacao Especie: 42 LT:  
 Data Inicial: 01/01/2000 Valor: 1.000,00 DIB Anterior: 01/01/2000  
 Valor Reajustado p/ 01/2014: 2.635,64

-----REAJUSTES APLICADOS-----						OBSERVACAO
DATA	VALOR	ANTERIOR	INDICE	VALOR CORRIGIDO		
04/2007	1.682,08	x	1,033000	1.737,58		
03/2008	1.737,58	x	1,050000	1.824,45		
02/2009	1.824,45	x	1,059200	1.932,45		
01/2010	1.932,45	x	1,077200	2.081,63		
01/2011	2.081,63	x	1,064700	2.216,31		
01/2012	2.216,31	x	1,060800	2.351,06		
01/2013	2.351,06	x	1,062000	2.496,82		
01/2014	2.496,82	x	1,055600	2.635,64		

Imprimir(S/N) N Impressora Host DTPRJCV3 Proxima Pagina 99  
 Digite 99 p/ sair

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3